SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE SERRA TALHADA – SESST

FACULDADE DE INTEGRAÇÃO DO SERTÃO – FIS

CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

MARIANA DINIZ BEZERRA

**O TRÁFICO DE MULHERES PARA A EXPLORAÇÃO SEXUAL, A VITIMIZAÇÃO
SECUNDÁRIA E A MOROSIDADE PROCESSUAL: UMA ANÁLISE DA
POSSIBILIDADE DE REPARAÇÃO DE DANOS.**

**Serra Talhada
2019**

MARIANA DINIZ BEZERRA

**O TRÁFICO DE MULHERES PARA A EXPLORAÇÃO SEXUAL, A VITIMIZAÇÃO
SECUNDÁRIA E A MOROSIDADE PROCESSUAL: UMA ANÁLISE DA
POSSIBILIDADE DE REPARAÇÃO DE DANOS.**

Monografia apresentada à disciplina de TCC do curso de Bacharelado em Direito, da Faculdade de Integração do Sertão – FIS, como requisito parcial para o título de Bacharel em Direito, sob a orientação do Prof. Manoel Arnóbio de Sousa.

**Serra Talhada
2019**

MARIANA DINIZ BEZERRA

**O TRÁFICO DE MULHERES PARA A EXPLORAÇÃO SEXUAL, A VITIMIZAÇÃO
SECUNDÁRIA E A MOROSIDADE PROCESSUAL: UMA ANÁLISE DA
POSSIBILIDADE DE REPARAÇÃO DE DANOS.**

Monografia apresentada à disciplina de TCC do curso de Bacharelado em Direito, da Faculdade de Integração do Sertão – FIS, como requisito parcial para o título de Bacharel em Direito, sob a orientação do Prof. Manoel Arnóbio de Sousa.

Monografia _____ pela banca examinadora, _____ ressalvas
(Aprovada/Reprovada) (com/sem)

com nota _____ (_____)

em ____ de _____ de _____

Banca Examinadora:

Examinador: Prof. Alexandre Hugo Pereira de Carvalho Rodrigues
Faculdade de Integração do Sertão – FIS

Examinador: Prof. Renato Campos Pordeus
Faculdade de Integração do Sertão – FIS

Orientador: Prof. Manoel Arnóbio de Sousa
Faculdade de Integração do Sertão – FIS

Dedico esta monografia a todas as mulheres vítimas de tráfico de pessoas, que estão em vida, as que já partiram e aos seus familiares.

AGRADECIMENTOS

Desejo agradecer primeiramente a Deus e a meus pais, João Ivanildo e Maria Aparecida, por me darem a oportunidade de fazer uma faculdade e pelo apoio que eles me deram ao longo desses anos para que eu pudesse chegar até aqui. A minha irmã, Caroline Diniz, que está comigo em todos os momentos de minha vida, bons ou ruins, e que me fez levantar nesses anos. A Nathália Gomes, que me faz continuar e nunca desistir, ensinando-me a ser calma e a sempre ter perseverança. A Sâmara Carvalho, por sempre me mostrar uma luz no fim do túnel. A minhas amigas e amigos que tem me apoiado imensamente nos momentos em que estou nervosa. A meu orientador, que iluminou minha mente e me levantou, literalmente, nos momentos em que mais precisei. A minhas psicólogas, que me ajudaram a ser resiliente e a aprimorar meus métodos de estudo. A meu tio, Marcos César Diniz, por me impulsionar sempre a ser melhor. Aos meus outros tios e tias que desejam o melhor para mim e sempre me deram conselhos. Aos meus avós que são uma inspiração de luta. E por fim, ao professor Wyllamar Oliveira, por ter me inspirado a pesquisar mais a respeito deste tema, desde o início da faculdade.

RESUMO

O tráfico de pessoas é um delito frequente, que acontece no dia a dia. Esta pesquisa tem como objeto de estudo o tráfico de mulheres para a exploração sexual, utilizando como referencial teórico o livro “Condição Humana” de Hannah Arendt. Foi utilizado nesta monografia o método qualitativo e documental, considerando o lado subjetivo do problema em questão, e utilizando pesquisas que giram em volta deste tema. Aqui será investigado se é possível que as vítimas deste crime podem sofrer vitimização secundária ao longo do processo. A vitimização primária acontece quando a vítima sofre o dano, que é causado pelo agressor. Já a vitimização secundária acontece quando a vítima sofre danos ao longo do processo, dentre eles, os causados pela morosidade processual. Neste trabalho, são considerados os danos psicológicos sofridos pelas vítimas ao longo do processo e o sofrimento ocasionado à vítima por reviver a situação sempre que vai ao judiciário. Investiga-se, ainda, em ocorrendo essa vitimização, a possibilidade e o dever de o Estado indenizar essas vítimas em decorrência desses danos causados pela vitimização secundária.

Palavras chaves: Tráfico. Mulher. Vitimização. Indenização.

ABSTRACT

Trafficking in persons is a frequent offense, which happens on a daily basis. This research has as its object of study the trafficking of women for sexual exploitation, using as theoretical reference the book "Human Condition" by Hannah Arendt. It was used in this monograph the qualitative and documentary method, considering the subjective side of the problem in question, and using research that revolves around this theme. Here we will investigate whether it is possible that the victims of this crime may suffer secondary victimization throughout the process. Primary victimization occurs when the victim suffers damage, which is caused by the aggressor. Secondary victimization, on the other hand, occurs when the victim suffers damages throughout the process, including those caused by the length of the proceedings. In this paper, we consider the psychological damage suffered by victims throughout the process and the suffering caused to the victim by reliving the situation whenever he goes to the judiciary. It is also investigated, when this victimization occurs, the possibility and the duty of the State to compensate these victims as a result of these damages caused by the secondary victimization.

Keywords: Traffic. Woman. Victimization. Indemnity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E AS CONSEQUÊNCIAS DE SUA DESVALORIZAÇÃO	10
1.1 A luta pela vida digna e seus obstáculos	10
1.2 A dificuldade de ser mulher na sociedade atual	14
1.3 O tráfico de mulheres para a exploração sexual	18
2 FORMAS DE COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS PARA A EXPLORAÇÃO SEXUAL	26
2.1 A legislação brasileira	26
2.2 O tratado internacional e a cooperação entre os países	31
2.3 Políticas públicas de combate ao tráfico para a exploração sexual	35
3 O SOFRIMENTO DA VÍTIMA EM DECORRÊNCIA DA MOROSIDADE PROCESSUAL: UMA ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE REPARAÇÃO DE DANOS	42
3.1 A conduta do agente e a omissão do Estado	42
3.2 A vitimização secundária das mulheres traficadas para fins sexuais com a morosidade processual	48
3.3 A morosidade como causadora de constrangimento às vítimas	52
CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS	63

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa utiliza como referencial teórico o livro “A Condição Humana”, de Hannah Arendt, trazendo como tema o tráfico de mulheres para a exploração sexual e a possível vitimização secundária que sofrem ao longo do processo penal em decorrência da morosidade processual, bem como a possível responsabilidade de o Estado indenizar as vítimas por este ocorrido.

A sociedade tem evoluído bastante com relação ao preconceito que foi fomentado desde a antiguidade contra a mulher. Todavia, algumas mulheres que são vítimas do tráfico para a exploração sexual ainda não têm para si atribuídas, ao longo do processo, a credibilidade que merecem, sendo, dessa forma, levadas à vitimização secundária, pela má preparação dos agentes públicos para recepcionar esse tipo de caso. Sofrem, ainda, com a demora da prestação jurisdicional e acabam revivendo o trauma que sofreram várias vezes.

Foi utilizado nesta monografia o método qualitativo e documental, considerando o lado subjetivo do problema em questão, e utilizando pesquisas que giram em volta deste tema.

O primeiro capítulo tem como objetivo fazer a análise do preconceito arraigado na sociedade e a forma como a mulher sofre com a dificuldade de ser mulher na sociedade atual, bem como definir rapidamente o que é o tráfico de pessoas e como ele é fomentado na sociedade.

O segundo capítulo faz uma breve análise da legislação brasileira e do Protocolo de Palermo, que são instrumentos de combate ao tráfico de pessoas. Analisa, também, as políticas públicas existentes de combate ao tráfico de pessoas.

O terceiro capítulo visa investigar se o Estado é omissor com a vítima do tráfico para a exploração sexual e se as mulheres passam pela vitimização secundária dentro do processo; visa, ainda, avaliar se é devida a indenização pelo Estado à vítima dessa espécie de tráfico.

Este trabalho tem grande relevância jurídica, tendo em vista que é um tema pouco abordado na sociedade e que precisa ter seu campo de pesquisa e aplicação legislativa melhorada e ampliada.

1 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E SUA DESVALORIZAÇÃO

Ao longo deste capítulo, será visto como a dignidade da pessoa humana tornou-se desvalorizada, levando o ser humano a transformar tudo em objeto de permuta, inclusive as pessoas.

1.1 A luta pela vida digna e seus obstáculos:

Para que possamos compreender como e por que a dignidade da pessoa humana vem sendo desvalorizada, é necessário que haja a compreensão de como o ser humano construiu este valor, desde o princípio. Antes de haver o Estado político, o ser humano vivia no estado de natureza, que, de acordo com o livro de John Locke, “Segundo tratado sobre o governo civil”, (1994) é:

Um Estado em que os homens sejam livres para decidir suas ações, dispor de seus bens e de suas pessoas como bem entenderem, dentro dos limites do direito natural, sem pedir a autorização de nenhum outro homem nem depender de sua vontade. Um Estado, também, de igualdade, onde a reciprocidade determina todo o poder e toda a competência, ninguém tendo mais que os outros, evidentemente, seres criados da mesma espécie e da mesma condição, que, desde seu nascimento, desfrutam juntos de todas as vantagens comuns da natureza e do uso das mesmas faculdades. Devem ainda ser iguais entre si, sem a subordinação ou sujeição, a menos que seu senhor e amo de todos por alguma declaração manifesta de sua vontade, tivesse destacado um acima dos outros e lhe houvesse conferido sem equívoco, por uma designação evidente e clara, os direitos de um amo e de um soberano. (LOCKE, 1994, p.35)

De acordo com Locke (Segundo tratado de direito civil, p.37, 1994), apesar de o estado de natureza ser um estado de liberdade, não é um estado de permissibilidade, tendo os homens que executar a lei da natureza quando houver uma violação do direito de outrem, devendo ser feita a reparação, de acordo com a proporção do dano, bem como a prevenção deste, para que outras pessoas não desrespeitem o direito dos outros. Quando um queria se sobrepor a outro, emergia o estado de inimizade, que, conseqüentemente, levava ao Estado de guerra. Este é explicado por Locke da seguinte maneira:

O Estado de guerra é um Estado de inimizade e de destruição; por isso, se alguém, explicitamente ou por seu modo de agir, declara fomentar contra a vida de outro homem projetos, não apaixonados e prematuros, mas calmos e firmes, isto o coloca em um Estado de guerra diante daquele a quem ele

declarou tal intenção, e assim expõe sua vida ao poder do outro, que pode ele mesmo retirá-la, ou ao de qualquer outro que se una a ele em sua defesa e abraça sua causa; é razoável e justo que eu tenha o direito de destruir aquele que me ameaça com a destruição. Segundo a lei fundamental da natureza, que o ser humano deve ser preservado na medida do possível, se nem todos podem ser preservados, deve-se dar preferência à segurança do inocente; você pode destruir o homem que lhe faz guerra ou que se revelou inimigo de sua existência, pela mesma razão que se pode matar um lobo ou um leão: porque homens deste tipo escapam aos laços da lei comum da razão, não seguem outra lei senão aquela da força e da violência, e assim podem ser tratados como animais selvagens, criaturas perigosas e nocivas que certamente o destruirão sempre que o tiverem em seu poder. (LOCKE, 1994, p.39)

As pessoas utilizavam a autotutela na qual prevalecia a força; defendiam, assim, seus próprios direitos. O Estado surgiu para equilibrar as coisas, determinar a cada um o que é seu por direito, para trazer ordem e fazer existir uma sociedade pacífica. De acordo com Locke (Segundo Tratado de direito civil, 1994, p.40), “evitar este estado de guerra (...) é uma das razões principais porque os homens abandonaram o estado de natureza e se reuniram em sociedade”. Para ele, o estado de natureza não funciona adequadamente por não haver leis nem punições determinadas e, por isso, não há como trabalhar realmente a prevenção dentro da convivência entre as pessoas. O estado de natureza sempre vai ser encarado como aquele em que não existem limites. De acordo com Miguel Reale, em sua obra “Filosofia do direito”:

Vários são os elementos que devem coincidir em dada porção ou momento da experiência social para que esta possa adquirir qualificação jurídica. É mister, antes de mais nada, uma conexão ou enlace objetivo. É o que tem sido expresso de maneiras diversas, mas, no fundo, correspondentes: constans ac perpetua voluntas, "vinculação objetiva", "querer entrelaçante", "vontade geral" etc. Se varia, nesse ponto, o entendimento dos termos, por se lhes atribuir, ora sentido psicológico ou sociológico, lógico ou deontológico, o certo é que sempre se reconhece que o Direito não está em função do querer de Fulano ou de Beltrano, mas representa uma exigência do todo coletivo, ou, como diz Wilhelm Dilthey, é um nexu que se orienta para uma vinculação externa das vontades em uma ordem firme e de validade geral, mercê da qual resultam determinadas as esferas de poder dos indivíduos em suas relações recíprocas, com o mundo das coisas e com a vontade comum. (REALE, 1999, 248)

De acordo com Miguel Reale (1999), em seu livro Filosofia do direito, os elementos formadores da norma são: o fato, o valor e a norma. Para ele, deve ser compreendido que cada cidade, país ou Estado pode possuir seus costumes e valores diferenciados. Consoante com princípios e crenças de determinado lugar, um fato que ocorra que não seja dentro do padrão, pode ser julgado como algo positivo, ou como algo negativo.

Neste sentido, ele entende que o ser humano é um ser axiológico, ou seja, tudo é valorado por ele, a todo o tempo. São reguladas as situações positivas, como as relações civis, relações comerciais, bem como as negativas, exemplificadas pelos crimes. Quando o fato é contemplado como algo negativo, gera a norma, torna-se algo que tipifica tal coisa como crime ou contravenção, e atribui-se uma punição para isto, para que se coloquem rédeas na sociedade e o convívio continue pacífico. Deve-se observar que, de acordo com Hannah Arendt, no seu livro “Condição Humana”:

(...) A necessidade é primordialmente um fenômeno pré-político, característico da organização do lar privado; e que a força e a violência são justificadas nesta última esfera por serem os únicos meios de vencer a necessidade- por exemplo, subjugando escravos- e alcançar a liberdade (...) (ARENDT, 2007, p. 40)

Com a leitura do livro “Condição Humana”, de Hannah Arendt (2007), pode-se inferir que a violência é uma característica da época primitiva e que se tornou elemento de alguns seres humanos pela facilidade de se obter, por meio dela, o objeto de desejo. Segundo a autora, o desejo que o ser humano tem de fugir da real condição humana, faz com que ele traga consigo a cobiça de viver e conquistar mais do que tem. Segundo o livro “Da violência” (1970), de Hannah Arendt:

O interesse próprio, quando solicitado a render-se ao “verdadeiro” interesse – isto é, o interesse do mundo distinto do interesse próprio – responderá sempre, “Cada um por si, Deus por todos”. Isto pode não ser particularmente razoável, mas é bastante realista; trata-se da reação não muito nobre à discrepância entre o fator tempo na vida privada dos seres humanos e a expectativa de vida totalmente diferente do mundo público. (ARENDT, 1970, p.50) (grifo nosso)

De acordo com Hannah Arendt, em seu livro “Condição Humana” (2007), a vida privada é diferente da vida pública. De acordo com ela o que distinguia estas era o fato de que:

Na esfera familiar os homens viviam juntos por serem a isso compelidos por suas necessidades e carências. A força compulsiva era a própria vida (...) e a vida, para sua manutenção individual e sobrevivência como vida da espécie, requer a companhia de outros. O fato de que a manutenção individual fosse a tarefa do homem e a sobrevivência da espécie fosse a tarefa da mulher era tido como óbvio; e ambas estas funções naturais, o labor do homem no suprimento de alimentos e o labor da mulher no parto, eram sujeitas à mesma premência da vida. Portanto, a comunidade natural do lar decorria da

necessidade: era a necessidade que reinava sobre todas as atividades exercidas no lar. (ARENDT, 2007, p.40-41)

Já na vida pública, guiada pelo Estado, havia uma esfera de liberdade. Todavia, o ser humano é posto em situação de vulnerabilidade. O Estado lidera a vida em conjunto, tendo em vista a grande quantidade de habitantes do Brasil em 2019, que, de acordo com as estimativas do IBGE, são em torno de 209.958. 252 de habitantes (Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>> acesso em: 07 junho, 2019). É sensato refletir sobre as possibilidades que o Estado fornece à população. O país não possui um mercado que forneça emprego a todos que habitam o Brasil e vivemos em um mundo no qual ocorre a permuta, havendo a troca entre o objeto e o dinheiro. De acordo com o IBGE, há por volta de 13,4 milhões de desempregados atualmente no Brasil (Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24283-desemprego-sobe-para-12-7-com-13-4-milhoes-de-pessoas-em-busca-de-trabalho>> acesso em: 07 junho, 2019), o que acaba colocando diversas pessoas em situação de vulnerabilidade.

Com embasamento na Constituição Federal, podemos chegar ao conceito do que é uma vida digna. Uma vida digna seria aquela em que temos no mínimo o necessário para sobreviver, aquela em que usufruímos dos direitos e garantias fundamentais da CF, e vida digna é principalmente uma vida na qual temos direito à liberdade de ir e vir, de escolha, onde não somos colocados em situações degradantes, não somos torturados, nem obrigados a fazer nada. A ambição do ser humano fez com que tudo virasse objeto de comércio, gerando, inclusive, a comercialização do ser humano.

A dignidade da pessoa humana é o valor máximo da ordem jurídica brasileira e deve ser ofertada pelo Estado à população. Os direitos humanos são universais e inalienáveis e estão relacionados entre si e complementam um ao outro, não podendo ser analisados separadamente; são indivisíveis e indisponíveis, o que impede o sacrifício de um em detrimento do outro. Desta forma, o tráfico de pessoas é uma grande ofensa aos direitos humanos e, de acordo com o Protocolo de Palermo, deve ser enfrentado pelos países em conjunto, sendo necessária uma atuação que seja integrada, havendo o compartilhamento de informações e uma colaboração recíproca.

O respeito à dignidade da pessoa humana é um direito inerente à própria existência humana, assegura ao homem ao menos uma vida dotada de um mínimo de dignidade. O ser humano deve ser livre, não ser submetido a castigos cruéis, deve ter direito a

um julgamento justo ofertado pelo poder judiciário, à liberdade de expressão, à educação, à moradia, saúde, tudo o que contribua para uma vida digna.

1.2 A dificuldade de ser mulher na sociedade atual

De acordo com Sérgio Gomes (2010), é perceptível que o debate a respeito das desigualdades entre homens e mulheres não é recente. Desde a Antiguidade, acredita-se que os homens eram superiores às mulheres. Como exemplo, no livro de Aristóteles, “A política” (2006), o homem tinha um papel na vida pública, trabalhando, atuando na área política, sendo o único que podia votar e ser chefe da família. Enquanto isso, a mulher tinha o dever de cuidar do lar e educar os seus filhos, não tendo direito ao estudo, nem ao voto, nem a participação na vida pública. Esse pensamento perdurou por muitos anos. A mulher era vista apenas como objeto de fertilidade perante a sociedade, e os pais escolhiam com quem elas iriam se casar. Até mesmo o casamento terminava gerando lucro para o pai, pois era obrigação do homem pagar um dote pela mulher com quem pretendia casar.

Segundo Sergio Gomes da Silva, em seu artigo “Preconceito e discriminação: As bases da violência contra a mulher” (2010), a revolução francesa objetivava a igualdade entre os cidadãos, porém não atingiu a igualdade de gênero. Foi necessário aproximadamente dois séculos para que houvesse uma igualdade social entre homem e mulher. O movimento feminista, a revolução sexual e o protesto de minorias foram cruciais para que houvesse uma mudança no pensamento da sociedade e para a suavização da construção social do machismo. Consoante com Silva:

O movimento feminista também proporcionou à sociedade moderna a compreensão que as mulheres não mais poderiam ser um grupo oprimido, sendo vítimas e sofrendo as consequências de pertencer a uma sociedade secularmente repressora, preconceituosa e discriminatória. Seria necessário, assim, recriar a relação com o gênero masculino. (SILVA, 2010, p.559)

Apesar de terem conquistado progressos foi uma luta árdua. Desde o século XVIII existe o debate sobre a cobrança e o reconhecimento de que as mulheres possuíam direitos e deveres iguais aos dos homens e que o comportamento social violava completamente os direitos humanos. Foram conquistadas muitas evoluções, mas ainda há muito a fazer, porém é uma tarefa lenta e contínua.

Temos uma cultura que nos obriga a acolher o machismo, que consiste no comportamento social que não admite igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres; nela, o homem é tido como superior em todos os sentidos.

De acordo com Leandro Karnal (2017), o preconceito contra a mulher é arraigado na sociedade, sendo vista como objeto de desejo, de fertilidade e de consumo. As próprias mulheres são criadas com o pensamento machista. (Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Pze2mum7FEw>> acesso: 11 de junho, 2019). De acordo com Pierre Bourdieu:

É, evidentemente, porque a vagina continua sendo constituída como fetiche e tratada como sagrada, segredo e tabu, que o comércio do sexo continua a ser estigmatizado, tanto na consciência comum quanto no direito (BOURDIEU, 2012, p.25-26).

Segundo ele, existia na sociedade o entendimento de que a mulher não-virgem era impura, e que a mulher deveria manter sua pureza. Apesar deste entendimento ainda existir e estar presente na mente de muitas pessoas, não é mais uma regra, pois vivemos em uma época em que há liberdade sexual, e as mulheres vem escolhendo cada vez mais com quem se relacionar.

Como sabemos, a cultura de um lugar produz influência quase absoluta no pensamento de todas as pessoas. De acordo com o artigo “Crença no mundo justo e vitimização secundária: O papel moderador da inocência da vítima e da persistência do sofrimento” (2003) escrito por Isabel Correia e Jorge Vala, existe a crença no mundo justo (CMJ) na qual se acredita que as pessoas que fizeram coisas ruins merecem coisas ruins, e que as pessoas que fizeram coisas boas merecem coisas boas. Para testar esta teoria, fizeram uma pesquisa sobre como as pessoas reagem frente a indivíduos que haviam sido contagiados pelo vírus da AIDS. Finalizada a pesquisa, concluiu-se que os entrevistados culpavam os que haviam sido contagiados. A exemplo, uma mulher que estava em um relacionamento estável, mas que manteve relação sexual sem camisinha e foi contaminada, foi julgada como uma pessoa que havia tomado a decisão errada por confiar em alguém que não merecia.

Viu-se que o sofrimento contínuo assustou parte das pessoas das pesquisas, fazendo com que elas rejeitassem aquelas que estavam em sofrimento com a doença. Foi relatado que as pessoas que haviam sido contagiadas e que não estavam em sofrimento com a doença, que já haviam feito o tratamento e aprendido a viver com ela, independente do motivo do contágio, eram apoiadas e aceitas pelos entrevistados.

As pessoas podem possuir um nível de CMJ normal ou elevado. Foi constatado que as pessoas que têm CMJ elevado procuram buscar justificativas para situações que trabalhariam como gatilho emocional para tirá-las da zona de conforto. Este instinto de autodefesa leva as pessoas a associarem a mulher que foi traficada à prostituição.

A prostituição tem consentimento total da mulher, que visa obter lucros para si através da atividade sexual. Todavia, as pessoas não conseguem enxergar a ação como uma profissão e, muitas vezes, a associação dessas mulheres a este labor faz com que várias não consigam alcançar a justiça por ofensas que sofrem ao serem taxadas como prostitutas.

Apesar de ser exigida a imparcialidade nos cargos da justiça, os valores inatos ao ser humano geram uma influência, ainda que inconsciente. E, além de as mulheres serem vítimas de um preconceito enrustado na sociedade, são vítimas dentro da justiça, que deveria lhes dar segurança, mas que não o faz por não dispor de agentes públicos completamente preparados para atender às demandas sociais dos dias de hoje.

Quando o estigma passa a fazer parte do cotidiano de um dado grupo e de uma dada identidade social ou cultural, e quando, já formado, ele se cristaliza nas mentes de uma dada comunidade ou sociedade de massa, passa a gerar nessa mesma comunidade e sociedade um sentimento que se tornou mote para as grandes atrocidades cometidas contra o ser humano ao longo do século XX, qual seja, o sentimento de intolerância. Combatê-lo deve ser o princípio básico inerente a todo aquele que se propõe a lutar em favor dos direitos e da dignidade humana. (SILVA, 2010, p.567)

Ao longo da construção do direito penal, este foi acometido por intervenções morais e religiosas. Em vários momentos, ao longo da história, o direito e a moral se entrelaçaram. Atualmente, o movimento feminista busca ampliar a interpretação da lei incitando a sociedade a construir normas que acompanhem as mudanças sociais.

De acordo com Thais Camargo Rodrigues (2013), “a moral sexual pode ser entendida como a parte da moral que trata das manifestações sexuais na coletividade”. Na Grécia e na Roma antiga, a homossexualidade era tratada como comum, os homens casavam, mas podiam se envolver com outros homens, principalmente na relação entre o professor e seu pupilo. Logo mais adiante, até o século VII, restringir as condutas sexuais cabia ao pater famílias. Na idade média, a Igreja católica tinha grande influência sob a moral sexual e a luxúria, o adultério, o incesto e a homossexualidade eram condenados. Após o Renascimento, de acordo com Von Liszt (1899), os delitos contra a moral sexual “não ofendiam a ninguém, nem colocavam o Estado em perigo”. A moral sexual era considerada como algo desnecessário, e que não precisava ser defendida. Em 1603 o pecado e o crime se confundiam,

e fazer sexo com uma moça virgem antes do casamento era considerado crime. O bem protegido, nesta época, era a virgindade. Já a partir de 1830 o bem tutelado era a honra. Todavia, a partir do século XX, houve mudanças quanto a este pensamento; em 1940, eram considerados crimes contra os costumes. E em 2009, no código penal, foi alcançada a denominação de crimes contra a dignidade sexual. Segundo Miguel Reale:

A distinção entre direito e moral teria três tópicos. Quanto à natureza do ato, no qual a moral seria bilateral, visaria mais à intenção, partindo da exteriorização do ato e o direito seria bilateral atributivo, visando mais ao ato exteriorizado, partindo da intenção. Quanto à forma, na qual a moral nunca seria heterônoma, é incoercível e não apresenta igual predeterminação tipológica. E o direito pode ser heterônimo, coercível, e especificamente determinado e certo, assim como objetivamente certificável. E quando ao objeto ou conteúdo. Neste, a moral visa de maneira imediata e prevalecente ao bem individual, ou os valores da pessoa, e o direito visa de maneira imediata e prevalecente o bem social ou os valores da convivência (REALE, 1999, p.712).

Nota-se que os valores da pessoa humana e da justiça são essenciais para o direito, pois nele é tipificado o fato que é valorado pela sociedade como inadequado, que há a necessidade de ser feita a justiça. Analisa-se primeiramente o fato e depois a intenção. O direito pode obrigar uma pessoa a fazer algo, ou perder direitos. O direito protege a coletividade. Já a moral trata do valor individual, e não se pode obrigar que todos tenham o mesmo conceito de moral. O que é moral para uns, pode não ser moral para outros. A moral traz a instabilidade porque o pensamento muda a todo instante, e conceitos se refazem de acordo com cada experiência que vivenciamos. A moral é extremamente pessoal e incoercível. Na jurisprudência a seguir sinais claros da evolução do direito são perceptíveis:

CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. VÍTIMA MENOR DE 14 ANOS. INTERPRETAÇÃO DOS FATOS À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA INTERVENÇÃO MÍNIMA (ULTIMA RATIO) DO DIREITO PENAL. FLEXIBILIZAÇÃO DA PRESUNÇÃO DE VULNERABILIDADE MANTIDA. É bem verdade que a nova legislação que introduziu o Art. 217-A em nosso Código Penal, aliás, na esteira de legislações alienígenas, veio a agravar a conduta de quem, em termos gerais, pratica ato sexual com menores de 14 anos. O legislador buscou afastar a brecha legislativa que oferecia interpretação dúbia (?) que se instalava com a expressão presunção a que se referia o antigo Art. 224 do Código Penal brasileiro, ou, mais precisamente, se a presunção seria absoluta ou relativa, optando, com a reforma, pela fórmula mais rígida de que o consentimento do menor não é válido tamquam non esset, isto é, a presunção é absoluta. Nada obstante, o direito penal não tem caráter absoluto e deve sempre ser visto em sua conformidade constitucional, portanto sob os auspícios dos princípios do Estado democrático de direito, da dignidade da

pessoa humana e da intervenção mínima (ultima ratio). Assim, se por um lado houve agravamento pelo legislador de condutas como a que ora está sob análise, de outro **positivou-se o... entendimento, já de longo presente na doutrina e jurisprudência, de que a tutela sobre os crimes sexuais não se insere na órbita de uma mutável, relativa e abstrata moralidade pública, sob a fórmula crimes contra os costumes , mas, na da autodeterminação sexual, que está diretamente relacionada à dignidade da pessoa humana. O direito à autodeterminação sexual, em sentido penal, deve, contrariamente, ser entendido como um direito de defesa do indivíduo. Contém, na verdade, a liberdade contra a determinação que venha de fora (externa) sobre o âmbito (pessoal) sexual. (grifo nosso)**

Já foram alcançadas grandes evoluções quanto ao direito penal sexual. Nota-se no julgado acima, que, atualmente, a escolha da realização do ato sexual deve ser unicamente do indivíduo, sem influência de terceiros. Sempre se pode melhorar, mas o que já foi alcançado tem grande importância para a proteção das mulheres, que antes eram tratadas como um ser que não pertencia à vida pública.

1.3 O tráfico de mulheres para a exploração sexual

Segundo o livro “Condição Humana” de Hannah Arendt (2007), existe uma expressão chamada vida activa, que é a vida dividida em labor, trabalho e ação. O labor seria o processo biológico do ser humano, tudo que envolva as necessidades vitais do ser. Já o trabalho seria o artificialismo da existência humana, que proporciona ao homem coisas que tecnicamente não são necessárias para sua sobrevivência, mas são desejadas. E a ação é a condição humana na pluralidade, seria “um luxo desnecessário, uma caprichosa interferência com as leis gerais do comportamento”. É necessário considerar que o ser humano é um ser condicionado, ou seja, tudo que integra a vida do homem acaba condicionando-se à existência humana. A vida activa deriva da vida contemplativa “na qual sua dignidade deve-se ao fato de que serve às necessidades e carências da contemplação num corpo vivo”.

É necessário destrinchar o conceito de labor e trabalho. Atualmente, não existe diferenciação destas palavras. Todavia, antigamente, trabalhar era considerado como o trabalho com as mãos, o trabalho digno. E o labor, seria feito pelo ser humano que supria as necessidades da vida trabalhando com o corpo. Há a suposição de que não é diferenciado hoje em dia pelo fato do labor ser desprezado. Com o passar dos anos, a questão de não haver diferenciação entre os termos, foi entendida como um benefício ao labor, adequando esta noção aos tempos atuais, podemos ver que a prostituição não é considerada como crime.

Apesar de ainda haver algum preconceito sobre o tema, existem muitas pessoas que provém seu sustento com este ato.

Porém, existe uma preocupação quanto ao labor, segundo Hannah Arendt (2007) “pelo fato de serem sujeitos às necessidades da vida, os homens só podiam conquistar a liberdade subjugando outros que eles, à força, submetiam à necessidade”. O tráfico de mulheres para exploração sexual segue exatamente este raciocínio. O traficante ilude a vítima com o imaginário da possibilidade de uma vida melhor, seja com a oferta de um emprego, com uma ilusão amorosa, entre outras situações. Ao chegar a seu destino, as vítimas são informadas de que possuem uma grande dívida com a pessoa que lhe ofertou essa chance, dívida do transporte, da estadia, da alimentação, das vestimentas, são inventados milhões em dívida. E para cessar esta dívida, a vítima é obrigada a fazer o que o traficante pedir. Ou seja, pessoas que possuem necessidades, buscam supri-las subjugando outras a uma necessidade.

Hannah Arendt traz em seu livro “Condição Humana” (2007) conceitos de diversos autores, inclusive Marx (1.890), segundo o qual “o esforço do labor jamais poupa o animal que labora de repeti-lo mais de uma vez, e permanece, portanto, como eterna necessidade imposta pela natureza”. Comparando a relação sexual com o labor, podemos ver que a relação sexual dura até o momento do orgasmo. As mulheres traficadas o repetem com pessoas diferentes, é um prazer momentâneo, o ato renova-se para que a outra pessoa se satisfaça novamente. É de consciência geral que o labor produz coisas de curta duração. No livro “Condição Humana”, de Hannah Arendt (2007), ela declara que o labor é interminável e é indiferente a decisões voluntárias ou finalidades humanamente importantes. É necessário que se tenha a compreensão de que ela diz que o labor acompanha automaticamente a própria vida, ora trazendo um viés biológico, tratando o labor como o próprio processo corporal do ser humano, ora traz uma visão relacionada com a escravidão. Se naquela época, o escravo já nascia destinado a suprir as necessidades alheias e laborava, torna-se completamente possível que o ser humano traficado para a exploração sexual seja laborado também. Não se trata das mesmas condutas, porém ambas suprem necessidades, visando à satisfação, e atendem ao consumo do ser humano. “(...) O *animal laborans* não foge do mundo, mas dele é expelido na medida em que é prisioneiro da privatividade do próprio corpo, adstrito à satisfação de necessidades das quais ninguém pode compartilhar (...)” (p.131,2007) O corpo do ser humano é indisponível, o ser que labora não tem direitos sobre ele.

A exploração sexual é caracterizada pela intenção de obter lucro com o ato sexual de outrem. A análise histórica mostra que desde os tempos de colônia ocorre o tráfico de

pessoas no Brasil. Do século XVI ao XIX, as escravas negras eram obrigadas pelos seus senhores a se prostituir, e muitos utilizavam destas para sua própria satisfação sexual. Com o fim da escravidão negra, trazida pela lei Áurea, os fluxos migratórios trouxeram escravas brancas para serem exploradas sexualmente. Foram assinados alguns acordos para a repressão do tráfico de mulheres, após isto, ocorreu a primeira guerra mundial, período em que houve uma diminuição do tráfico, mas, ao fim desta, a destruição e o estado de miséria dos países europeus aumentou o fluxo migratório do tráfico de pessoas para exploração sexual. Após essa época, foram assinados diversos acordos, que deram uma maior proteção às vítimas deste crime. Após a segunda guerra mundial, houve uma inversão no fluxo migratório, onde os países pobres e subdesenvolvidos tornaram-se fornecedores de pessoas para exploração sexual em nações ricas. Atualmente ainda existem muitas práticas que continuam em vigor, o crime continua tendo caráter transnacional, as vítimas geralmente são pessoas que se encontram em situações de fragilidade, a sedução durante o aliciamento, a situação de dívida no lugar de destino, entre outras coisas ainda permanecem na atualidade (RODRIGUES, 2013).

Interessante trazer para o âmbito desta pesquisa a tese apresentada por Gayle Rubin, em seu artigo “O tráfico de mulheres: Notas sobre a ‘Economia Política’ do Sexo” (1986), a autora faz uma análise de como o dote, já citado anteriormente, classifica-se como tráfico de mulheres. Para a autora, “o efeito de um presente de mulheres é mais profundo que o efeito de outro tipo de troca de presentes, porque as relações que se estabelecem não são apenas de reciprocidade, mas de parentesco” (p.16), consoante com seu pensamento, é percebido que a mulher era utilizada apenas como um objeto de troca para que fosse satisfeita uma necessidade, que era, geralmente, estabelecer a paz. De acordo com a autora:

Se o objeto das trocas são as mulheres, então são os homens que estão estabelecendo laços por intermédio delas, e estas não são parceiras, apenas um instrumento nesse intercâmbio. A troca de mulheres não implica necessariamente que estas são transformadas em objeto no sentido moderno, uma vez que no mundo primitivo atribuem-se aos objetos qualidades bastante ‘pessoais’. Mas ela implica uma distinção entre o presente e aquele que o dá. Se as mulheres são os presentes, então os homens é que são os parceiros nessa troca. E é aos parceiros, não aos presentes, que essas trocas conferem o poder quase místico do laço social. As relações desse sistema são tais que as mulheres não tem condições de perceber claramente os benefícios trazidos pelas trocas de objeto. Na medida em que as relações estabelecem que os homens trocam as mulheres, os homens é que são beneficiários do produto de tais trocas – a organização social. A relação de troca cabal que constitui o casamento não se estabelece entre um homem e uma mulher, mas entre dois grupos de homens, e a mulher é apenas um dos objetos na troca, não um dos parceiros. Isso é válido mesmo quando se levam em conta os sentimentos da jovem, como em geral acontece. Ao concordar com a união

proposta, ela apressa a troca ou consente que esta se realize, mas não pode modificar sua natureza. (RUBIN, 1986, p.17) (grifo nosso)

Infer-se através do pensamento da autora que o tráfico de mulheres ocorre desde a época em que o dote existia. Serão vistos mais adiante os elementos do tráfico de pessoas. Todavia, é necessário apresentar aqui que se conclui através do artigo da autora que o dote pode ser considerado como tráfico de mulheres, pois visava a um objetivo específico, era uma permuta e, o mais importante, ainda que com o consentimento da mulher, para que haja a caracterização do tráfico de pessoas, a permissão do ser humano não é levada em conta. A autora destaca que a permuta era feita de forma que as mulheres não percebessem que não estavam ali como parceiras, o que caracteriza o consentimento induzido, que será explanado ao longo do trabalho.

O tráfico de pessoas é um delito transnacional. Pode ser cometido em um ou mais países, embora tenha sido planejado em outro. Ou, cometido em um só país, mas gera efeitos em outro. É um crime praticado com cautela e sigilo, tornando-se um problema de difícil controle. Isso dificulta o estabelecimento de um número exato da quantidade de vítimas envolvidas, bem como a delimitação real da dinâmica de operação das redes que o mantém.

Porém, a PESTRAF- Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial- (2003), que foi a única pesquisa de abrangência nacional sobre o tema, baseada em dados estabelecidos pela OIT (Organização Internacional da Migração) afirma que “as estimativas apontam para números extremamente altos de seres humanos traficados através de fronteiras internas e internacionais, chegando a 4 milhões por ano”. Todavia, apesar da extensão do problema e da tentativa dos países de combater o crime, existem erros significantes no combate ao tráfico de pessoas.

O Protocolo de Palermo é um protocolo complementar relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças. Este protocolo define o tráfico de pessoas como:

(...) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá no mínimo a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos. (Protocolo de Palermo, artigo 3, “a”, p.2)

É necessário informar que existe a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Todavia, seu tema principal é o tráfico de migrantes, que visa obter um benefício financeiro ou material da entrada ilegal de uma pessoa em um Estado onde não seja nacional ou residente permanente. Neste crime, a vítima é o Estado e acaba sendo um lucro para o criminoso de apenas uma prestação, com o preço ajustado com antecedência. Fica evidente uma relação de consumo, pois o objetivo é inserir a pessoa de forma ilegal no Estado, havendo uma contraprestação, que é o dinheiro. É claro que é possível que o migrante seja vítima de outros crimes durante o processo migratório, todavia, não estará sofrendo tráfico, pois neste caso, há o consentimento e a pessoa contrabandeada é o cliente.

A diferença entre o tráfico de pessoas e o tráfico de migrantes se faz analisando a finalidade do tráfico. O Protocolo de Palermo é complementar à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Entretanto, trata do combate ao tráfico de pessoas, que coage e explora os seres humanos, podendo haver diversas formas de exploração com renda contínua. A vítima no tráfico de pessoas é a pessoa traficada, e a entrada no território estrangeiro pode ser de forma lícita ou ilícita. A inserção da vítima no território estrangeiro de forma ilegal pode induzir erro na distinção entre o tráfico de migrantes e o tráfico de pessoas. Porém, não há consentimento no tráfico de pessoas. Há a coação, ou a pessoa foi induzida a erro, tendo um consentimento viciado. Neste caso, quando se induz a pessoa a erro, ajusta-se o preço do transporte depois, impondo-se na chegada da vítima uma dívida, que às vezes é imposta de forma desproporcional com os gastos realmente feitos. Desta forma, o traficante coloca-se em posição de sujeição diante do traficante. De acordo com a PESTRAF:

A palavra induzir significa levar a, persuadir, instigar, incutir. No âmbito do direito é traduzida como crime que consiste em abusar da inexperiência, da simplicidade ou da inferioridade de outrem sabendo ou devendo saber que a operação proposta é ruínoza, ou seja, pode ser nociva e trazer prejuízos. Neste sentido, também o que chamamos de ‘consentimento induzido’ diz respeito ao conceito de cooptação que aqui adquire o significado de abuso por parte de um grupo que domina um tipo de situação – no caso as pessoas que fazem parte da rede de exploração sexual comercial- em relação a uma pessoa ou grupo, para levar a uma aparente escolha ou consentimento. Para lograr tal objetivo são utilizados argumentos favoráveis de mudanças radicais do cotidiano de vida das pessoas, cotidiano este, marcado por situações negativas de fragilidade e da quase inexistência de opções, o que leva as pessoas a aderirem às propostas e realizar a sua escolha. É uma forma indireta e encoberta de cooptação e também uma alienação, isto é, uma situação que envolve uma dimensão subjetiva aliada a uma dimensão objetiva de ordem socioeconômica. (PESTRAF, 2003, p.47)

É importante, ainda, que se saiba a distinção entre escravidão e tráfico de pessoas para exploração sexual. A escravidão afeta a liberdade individual de todas as formas, uma pessoa fica completamente submissa a outra. O escravo não pode deliberar, nem decidir, ou seja, não tem poder de escolha. Está tipificada no código penal:

Art. 149, CP: Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.

A enumeração deste artigo é taxativa, impedindo que interpretações ampliem seu sentido. No mesmo código temos a definição de tráfico de pessoas:

Art. 149-A. Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de:

- I - remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo;
- II - submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo;
- III - submetê-la a qualquer tipo de servidão;
- IV - adoção ilegal; ou
- V - exploração sexual.** (grifo nosso)

É necessária a compreensão de que são duas condutas diferentes, e que este trabalho visa tratar unicamente do tráfico de pessoas para a exploração sexual, que se trata de um crime que coloca o ser humano em uma extrema situação de vulnerabilidade física e psicológica. Geralmente, as vítimas deste crime estão, também, em uma situação de profunda vulnerabilidade social, que na maioria das vezes, configura-se pelo desemprego, por problemas familiares e pobreza. Algumas, por inocência, são seduzidas pelo aliciador. Diante dessas situações de fragilidade, são encantadas pelo traficante com o imaginário de uma vida melhor, e, desta forma, tornam-se verdadeiras mercadorias. Por ser algo tão camuflado, diversas pessoas não tem o conhecimento de que realmente isso acontece, e, se tem, alguns chegam a crer que são inalcançáveis, que isto jamais poderia acontecer com elas. (PESTRAF, 2003)

De acordo com a Lei nº 13.344, de 06 de outubro de 2016 (art. 13), os traficantes podem se inserir na vida das vítimas como amigos, colegas, namorados, ou até mesmo familiares, as mulheres que estão há muito tempo na rede do tráfico para a exploração sexual geralmente são obrigadas a aliciarem também.

Na PESTRAF (2003), consta que no Brasil existem 241 rotas de tráfico, e que as rotas se instauram em locais onde há mais desigualdade social e pobreza. As vítimas

geralmente são escolhidas por cor, idade, e sexo. Geralmente mulheres e adolescentes de 15 a 35 anos. As mulheres são as mais traficadas por existirem as diferentes relações de poder com relação ao homem e a mulher na sociedade. São aliciadas com a ideia de ter uma vida melhor, tendo famílias para sustentar, ou empregos sem garantias de direito que não tem a Carteira de Trabalho assinada e que possuem uma jornada diária desgastante. O fato de as mulheres assumirem funções desprestigiadas, de haver a necessidade de sobrevivência e possíveis violências extra e intrafamiliares fazem com que elas se sintam desmotivadas e se entreguem facilmente a essa rede de crime, por pura inocência buscando melhores condições de vida. De acordo com Rogério Greco:

São três os tipos de países onde se pode visualizar o tráfico de pessoas, a saber: a) origem; b) passagem; e c) destino. São reconhecidos como de origem aqueles países de onde provêm as pessoas traficadas; de passagem, aqueles pelos quais as pessoas traficadas passam, mas não permanecem; c) de destino aqueles considerados como finalidade do tráfico, isto é, países nos quais as pessoas traficadas são conduzidas para que neles permaneçam. (GRECO, 2017, p.500)

As redes de favorecimento ao tráfico se escondem sob as fachadas de empresas comerciais legais ou ilegais, como agências de moda, de massagens, de turismo, casa de shows, entre outros. Geralmente os aliciadores se encaixam em um perfil, determinado por cor, idade, status social, o que for necessário para conduzir a vítima a se convencer de que deve acompanhá-lo.

A internet vem facilitando o trabalho dos aliciadores, pois através desta, conhecem suas vítimas e fazem convites que parecem quase irresistíveis para as pessoas que estão com dificuldades na vida. Facilita também a comercialização das pessoas. Existem sites que além da venda de produtos, vendem serviços sexuais, órgãos, seres humanos para escravidão. Há um documentário dos Estados Unidos a respeito de uma menina que foi levada para o comércio sexual ainda muito jovem, sua mãe a encontrou no site backpage.com, onde estavam disponíveis fotos de seu corpo, e o preço de serviços sexuais que ela prestaria. Após algum tempo tentando, o departamento de Justiça dos Estados Unidos conseguiu, no dia 06 de abril de 2018, bloqueá-lo para investigações. A internet disponibiliza serviços em vários sites e para qualquer lugar. A inocência de algumas pessoas nas redes sociais é tão grande que chegam a aceitar pessoas completamente desconhecidas em suas contas, entrando em risco iminente. De acordo com Eva T. Silveira Faleiros, o mercado do sexo funciona:

Como um ramo de negócios no qual há a produção e a comercialização da mercadoria – serviços e produtos sexuais. Trata-se de um produto subjetivo – o prazer, altamente vendável, que tem valor de uso. A oferta de serviços sexuais, restrita durante séculos quase que exclusivamente à prostituição foi, historicamente, se ampliando e diversificando. Com o desenvolvimento da tecnologia, dos meios de comunicação de massa, da Internet, e da sociedade de consumo, bem como a liberalização sexual, se diversificou o comércio do sexo e se desenvolveu extraordinariamente a indústria pornográfica, ou seja, a produção de mercadorias e produtos sexuais. Atualmente encontram-se no mercado do sexo produtos e serviços que se caracterizam por sua grande variedade, níveis de qualidade, de consumidores, de profissionais que empregam, de preços. São produzidos, vendidos e comprados: corpos, pessoas, shows eróticos, fotos, revistas, objetos, vídeos, filmes pornográficos. Existe um enorme mercado consumidor de serviços sexuais, sendo o sexo uma mercadoria altamente vendável e valorizada, principalmente o sexo-jovem, de grande valor comercial. (FALEIROS, 2004, p. 83)

Os traficantes apelam para o estímulo ao uso de drogas para que as vítimas sintam uma sensação de dependência e se tornem inertes, não fazendo nada para mudar a situação em que se encontram, estando sempre com pouca consciência. Utilizam ainda a coerção e a violência para estimular as vítimas a facilitar sua comercialização, ameaçando suas famílias e entes queridos e utilizando da força física e pressão psicológica para tornar a vítima completamente passiva. Geralmente, quando as mulheres ficam mais velhas, eles as libertam, alegando que a sua dívida finalmente foi paga, porém podem ser mortas, ou elas mesmas escolhem ser aliciadoras para entregar nas mãos dessas pessoas mais garotas como elas, ou até mesmo familiares. (GRECO, 2017) De acordo com o diário do senado:

Na questão do tráfico para fins sexuais, a globalização joga um papel fundamental: ‘facilitado pela tecnologia, pela migração, pelos avanços dos sistemas de transporte, pela internacionalização da economia e pela desregulamentação dos mercados, o tráfico, no contexto da globalização, articula-se com redes de colaboração global, interconectando-se a mercados e a atividades criminosas, movimentando enormes somas de dinheiro. Os mercados locais e globais do crime organizado, das drogas e do tráfico para fins sexuais, como por exemplo, a Yakusa, as Tríades Chinesas, a Máfia Russa e os Snake Heads, são responsáveis pela transação de quase um bilhão de dólares no mercado internacional de tráfico humano’. (Diário do Senado Federal, relatório no 1, de 2004 – CN (final), p. 56)

Posto isto, nota-se a necessidade de descortinar o sofrimento da vítima em decorrência da morosidade processual e uma análise sobre a possibilidade da reparação de danos destas. Tais ideias serão desenvolvidas nos capítulos seguintes.

2 FORMAS DE COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS PARA A EXPLORAÇÃO SEXUAL

Este capítulo visa avaliar as legislações existentes de combate ao tráfico de pessoas e como estão sendo aplicadas, e as políticas públicas de combate e prevenção e qual sua eficácia.

2.1 A legislação brasileira

Com base no livro “Tráfico Internacional de pessoas para exploração sexual”, de Thaís de Camargo Rodrigues (2013, p.25-39), será explanado como se deu a construção da legislação brasileira sobre tráfico de pessoas a seguir. E, logo após, será feita uma explanação geral com base na Lei nº 13.344/2016.

A primeira legislação internacional a respeito do tráfico de pessoas foi em 1814, que dispunha sobre o tráfico dos negros. Este foi o tratado de Paris firmado entre a Inglaterra e a França. Dessa época da escravidão até o século XIX, o foco das convenções internacionais era apenas o tráfico de escravos. Com o objetivo de extinguir este tipo de tráfico, foi criada a lei nº 3.353, conhecida como Lei Áurea (1888), que foi aprovada pela princesa Isabel, abolindo a escravidão.

Em 1949 surgiu a convenção e protocolo final para a repressão do tráfico de pessoas e do lenocínio, abordando, finalmente, o tráfico para fins sexuais e priorizando a dignidade da pessoa humana. Esta foi assinada pelo Brasil em 1951 e entrou em vigor em 1958 através do decreto legislativo nº 6. Com o passar dos anos, percebeu-se que não havia apenas o tráfico escravo e o tráfico para fins sexuais, ampliando-se o conhecimento e sendo descobertas novas práticas como tráfico de órgãos e tecidos. Com isso, foi proposto o Protocolo de Palermo que deu amplitude às espécies de tráfico e suas formas de combate.

A Lei nº 13.344/2016, que entrou em vigor em 2016, surgiu após a assinatura do Protocolo de Palermo, seguindo o Brasil os parâmetros legais de combate internacional ao tráfico de pessoas. Por meio dela, foi inserido o art. 149-A no código penal, no qual reconheceu como tráfico a remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo, a submissão a trabalho em condições análogas à de escravo, a submissão a qualquer tipo de servidão, adoção ilegal e exploração sexual. E, pelo fato de existir o consentimento induzido, a vítima ter ido por livre e espontânea vontade não descaracteriza o crime desde que tenha seus caracteres.

Esta lei trata do tráfico nacional de pessoas, que é cometido contra vítima brasileira ou estrangeira no Brasil, ou cometida no exterior contra vítima brasileira. Foi uma proposta do Protocolo de Palermo, que será discutido adiante, que cada país que fizesse parte do tratado internacional tivesse uma lei específica de combate ao tráfico de pessoas. Conforme a lei, deve haver no Brasil medidas de prevenção e repressão através de políticas públicas, medidas de assistência e proteção à vítima que sofre diversos traumas psicológicos com a exploração sexual e deve ter a ajuda de que ela necessita, devendo ser analisada a relação entre explorador e explorado, para que a pessoa possa se recuperar e se preparar para voltar à sociedade.

De acordo com esta lei, o enfrentamento ao tráfico deve atender ao princípio da dignidade da pessoa humana, que é o princípio mais importante da Constituição Federal. O ser humano não deve ser obrigado a submeter-se a outrem, nem sofrer qualquer forma de violência desumana. O Estado, por a CF ser garantidora de uma vida digna, deve proporcionar à população segurança, informação e salvaguardá-la deste mal que é o tráfico humano.

O Estado deve promover e garantir a cidadania e os direitos humanos, não devendo discriminar por motivo de gênero, orientação sexual, etnia, cultura, nacionalidade, atuação profissional, raça, religião, idade, situação migratória ou qualquer outra situação, a vítima do tráfico, devendo prestar auxílio e socorro a qualquer ser humano independente destas situações citadas. É premissa que o agente público seja humano e que sua opinião não permita que isto prejudique o atendimento às vítimas.

Diversas mulheres têm medo de buscar auxílio e justiça por medo de serem julgadas e taxadas como prostitutas. Os pânicos morais devem deixar de ser padrões sociais. Vivemos em uma sociedade tão diversificada, atualmente, que não deve haver espaço e fomento de pensamentos e atitudes preconceituosas, mas a promoção de uma convivência que proporcione dignidade a todas as pessoas, desde a prostituta, que vende o corpo para sua subsistência, até a traficada, que teve tirado de si qualquer direito de liberdade de escolha a respeito de com quem transar, com qual finalidade e quando. Consoante com Cunha:

Um funcionário que aconselhe a vítima a tornar a seu país porque ali não há emprego suficiente para todos e que os poucos postos de trabalho devem ser reservados aos nacionais, decerto que não atenderá ao objetivo do art.6,V, da lei 13.344. Tampouco aquele que sugere eventual prática de prostituição, de prévio conhecimento da vítima, quando de sua saída do país de origem. Como salientado em manual publicado pelo ministério da justiça, ‘algumas mulheres, ao serem localizadas, são tratadas como criminosas, e não como vítimas de exploração sexual. Em certas ocasiões, ao invés de serem submetidas a um exame médico para avaliação ou comprovação das

violências sofridas, chegam a ser encarceradas ou sofrem a deportação imediata, sem nenhum respeito por seus direitos ou atendimento humanitário. (CUNHA, 2016, p.52)

Precisa ser proporcionada atenção integral às vítimas diretas, as que sofreram a ofensa diretamente, e as indiretas, os familiares da vítima e pessoas mais próximas que estão sofrendo com a situação, independentemente de nacionalidade e de colaboração em investigações ou processos judiciais. Algumas vítimas temem aos traficantes e acabam não colaborando durante o processo. Outras sofrem com a síndrome de Estocolmo que ocorre quando a vítima estabelece uma relação de dependência e cumplicidade com o seu traficante. Desta forma, acaba não se sentindo à vontade para auxiliar no processo, porque desenvolveu certa fidelidade pelo ocasionador do dano. De acordo com o Ministério da Justiça:

Os operadores de direito (agentes públicos) devem ter consciência do impacto do trauma nas vítimas e estar prontos para reconhecer que sintomas como falta de cooperação, hostilidade, incapacidade de lembrar eventos pormenorizadamente, enganos, mudanças de versões e até invenção de detalhes em relação a acontecimentos específicos provavelmente são sequelas do sofrimento, e não fruto de uma deliberada decisão de atrapalhar as investigações. (**Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual**, Ministério da Justiça, Brasília, 2006, p.36)

Desta forma, deve haver treinamento dos agentes públicos para que possam recepcionar estas vítimas, devendo haver proteção integral de crianças e adolescentes. Apesar dos esforços do Brasil para formar agentes preparados para receber tal situação, o preconceito arraigado na sociedade é latente e muito forte, trazendo maiores danos ao psicológico das vítimas ao longo do processo.

É crucial ressaltar que a Lei nº 13.344/2016 não possui nenhum artigo que prevê indenização às vítimas.

É necessário também que haja articulação do Estado com organizações governamentais e não-governamentais nacionais e estrangeiras. De acordo com o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que será explicado com maior abrangência ao longo do trabalho:

Uma dimensão relevante do plano também é sua busca de parcerias entre atores não governamentais, instituições que produzem e disseminam conhecimento, e órgãos dos poderes legislativo e judiciário. Por ser um tema cuja complexibilidade é consequência de sua natureza transversal, o enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil terá êxito com a cooperação dos atores em diferentes espaços de trabalho. (II Plano nacional de

enfrentamento ao tráfico de pessoas, secretaria nacional de justiça, Brasília: Ministério da justiça, 2013, p.3)

Dessa forma, a cooperação entre os Estados nacionais e internacionais é crucial para o enfrentamento ao tráfico humano. Além disso, é completamente necessária a valorização das organizações não-governamentais nas quais pessoas se voluntariam para ajudar as vítimas do tráfico e a executar o objetivo de prevenção, informando a sociedade a respeito deste crime.

É muito importante, ainda, que haja o incentivo a pesquisas e estudos sobre o tema e que a sociedade seja informada. A prevenção é uma ótima forma de combate ao crime. De acordo com Cunha (2016, p.47) “A prevenção do tráfico não deve se focar apenas em um aspecto do problema. Antes, exige uma abordagem multidisciplinar, que abranja vários campos da atividade humana, sob pena de não atingir seus objetivos”. De acordo com o art. 4º, da Lei nº 13.344/2016, a prevenção se dá por medidas implantadas em diversos âmbitos da sociedade, tendo em vista que em todo lugar pode existir aliciador e vítima. Deveriam existir projetos nas escolas, universidades, postos de saúde, entre outros. Existem várias cidades em que as pessoas nunca ouviram falar de campanhas de combate ao tráfico de pessoas, sendo assim, é de suma importância que a prevenção seja assunto de interesse público, devendo ser espalhada não só pelos governantes das cidades, mas pelas pessoas que possuem o conhecimento para que seja compartilhado.

Em regra, os processos devem atender ao princípio da publicidade, ou seja, as pessoas devem ter acesso aos autos processuais, todavia, quando necessário para a proteção da vítima ou quando o fornecimento da informação prejudicar a investigação, deve haver a preservação do sigilo dos procedimentos administrativos e judiciais.

De acordo com uma publicação da Aliança Global contra o tráfico de mulheres, (2006) “As pessoas traficadas são confrontadas com muitas dificuldades ao tentar reintegrar-se em suas comunidades. Especialmente as pessoas traficadas que trabalharam na indústria do sexo. O estigma associado ao trabalho sexual (...) constituem sérios problemas”. Como já foi destacado no primeiro capítulo do trabalho em questão, as pessoas que são traficadas para fins sexuais, principalmente as mulheres, possuem grande dificuldade de se reinserir socialmente, sendo associadas imediatamente pela sociedade com a prostituição. Desta forma, de acordo com a Lei nº 13.344/2016, deve ser preservada a intimidade e a identidade da vítima, buscando protegê-la e assisti-la. A tentativa de prevenção à revitimização no atendimento e

nos procedimentos investigatórios e judiciais é muito importante. Segundo Antonio Scarance Fernandes:

As deficiências burocráticas geralmente aumentam a decepção. Não há funcionários suficientes e preparados. Não há veículos disponíveis para diligências rápidas. Tudo ocasiona demora e perda de tempo. Mais do que tudo isso, muitas vezes a vítima é vista com desconfiança, as suas palavras não merecem logo de início, crédito, mormente em determinados crimes como os sexuais. Deve prestar declarações desagradáveis. Se o fato é rumoroso, há grande publicidade em torno dela, sendo fotografada, inquirida, analisada em sua vida anterior. As atenções maiores são voltadas para o réu. Isso gera o fenômeno que os estudos recentes tem chamado de vitimização secundária do ofendido. (CARVALHO; LOBATO, 1995, p. 69)

Desta forma, além de a vítima ter sofrido o delito, acaba sendo vitimizada dentro do processo judicial e pela sociedade que, por ter pouco conhecimento a respeito deste delito, acaba não recepcionando bem as vítimas deste crime por haver um pré-conceito estabelecido na sociedade.

De acordo com o artigo 18-A desta lei, “é concedido o visto permanente às vítimas de tráfico de pessoas no território nacional, independentemente de sua situação migratória e de colaboração em procedimento administrativo, policial ou judicial”. De acordo com o §1º deste artigo:

Não apenas a vítima direta do tráfico fara jus ao visto à residência, mas também seus parentes mais próximos, bem como aquele que, compondo seu grupo familiar, demonstrem dependência econômica ou convivência habitual com o ofendido. Com efeito, de nada adiantaria garantir abrigo à vítima e deixa-la distante daqueles que lhe são mais próximos, agravando, assim, seu sofrimento. (CUNHA, 2016, p.58)

A Lei nº 13.344/2016 vem abrir a tentativa de dar assistência, prevenção e proteção às vítimas ou possíveis vítimas deste delito, bem como objetiva a responsabilização dos envolvidos. É perceptível que diversas políticas públicas vêm sendo implantadas na tentativa de conseguir executar o que está disposto nesta, o que será destrinchado mais à frente.

2.2 O tratado internacional e a cooperação entre os países

O tratado internacional é o famoso Protocolo de Palermo, que se trata do protocolo adicional à convenção das nações unidas contra o crime organizado transnacional relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial, mulheres e crianças. Entrou em vigor internacional no dia 29 de setembro de 2003. O governo brasileiro depositou seu instrumento de ratificação à ONU, no dia 29 de janeiro de 2004, e o protocolo entrou em vigor no Brasil no dia 28 de fevereiro de 2004. De acordo com o artigo 2º do presente protocolo, seus objetivos são:

- a) Prevenir e combater o tráfico de pessoas, prestando uma atenção especial às mulheres e às crianças;
- b) Proteger e ajudar as vítimas desse tráfico, respeitando plenamente os seus direitos humanos; e
- c) Promover a cooperação entre os Estados Partes de forma a atingir esses objetivos;

É importante destacar que “Estados”, no Protocolo de Palermo, significa países. Cada Estado Parte deve instituir uma legislação pertinente ao tráfico de pessoas que tratará do âmbito nacional, tendo em vista que o protocolo se aplica as infrações de natureza transnacional. A legislação brasileira é a Lei nº 13.344/2016. O Protocolo de Palermo não deve ser contrariado, nem descumprido.

Os Estados Partes devem aplicar medidas que permitam a recuperação física, psicológica e social das vítimas. Coisa muito importante está imposta no nº 6 do artigo 6º, no qual consta que **“cada Estado Parte assegurará que o seu sistema jurídico contenha medidas que oferecem às vítimas de tráfico de pessoas a possibilidade de obter indenização pelos danos sofridos”**. Deve ser ressaltado que na Lei nº 13.344/2016 está implícita em seu art.8º a indenização que o agente deve fazer à vítima, é possível que seja uma falha do legislador, pois não há declaração de qual será o objetivo da alienação dos bens do agente do crime.

De acordo com o Protocolo de Palermo, com relação ao repatriamento das vítimas de tráfico de pessoas, é necessário que seja feita uma verificação da nacionalidade da pessoa traficada e a verificação de se realmente foi traficada ou é um traficante, devendo o país, em que a vítima estar, transportá-la para seu país de origem em segurança e ser acolhedor. Verifica-se a importância disto tendo em vista que há todo um apoio designado às vítimas de tráfico humano, acolhimento, facilitação do transporte e regresso para o país de origem.

Devendo ainda ser facilitada a produção de documentos para as vítimas que estão sem eles. Como foi visto, o Brasil, visando este acolhimento e facilitação da reinserção da vítima na sociedade, oferta a opção de adquirir o visto permanente no país.

Merece destaque ainda o proposto pelo artigo 9º do Protocolo de Palermo, que trata da prevenção ao tráfico de pessoas. O protocolo se preocupa com o fator gerador do tráfico desde o princípio. Desde a prevenção da situação de vulnerabilidade social e das medidas informativas até a proteção da vítima do tráfico e a forma como ela é tratada após o delito. Fazendo propostas de prevenção e combate ao tráfico, de proteção às vítimas e da implantação de políticas públicas para evitar e solucionar as situações de vulnerabilidade social, bem como ampliar a cooperação com organizações não-governamentais que combatem o tráfico de pessoas. De acordo com o nº 2 do artigo 10 do Protocolo de Palermo:

Os Estados partes assegurarão ou reforçarão a formação dos agentes dos serviços competentes para a aplicação da lei, dos serviços de imigração ou de outros serviços competentes na prevenção do tráfico de pessoas. A formação deve incidir sobre os métodos utilizados na prevenção do referido tráfico, na ação penal contra os traficantes e na proteção das vítimas, inclusive protegendo-as dos traficantes. **A formação deverá também ter em conta a necessidade de considerar os direitos humanos e os problemas específicos das mulheres e das crianças bem como encorajar a cooperação com organizações não-governamentais, outras organizações relevantes e outros elementos da sociedade civil.(grifo nosso)**

Para que o combate e a prevenção ao tráfico tenham efetividade, precisa-se da preparação dos agentes públicos para a execução e o reconhecimento disto, pois em vários silêncios pode existir um grito de socorro. Um dos grandes problemas expositores da população a uma situação de vulnerabilidade é a pobreza, que leva as pessoas a se submeterem a serem traficadas, pois, vendo-se incapazes de proporcionar o sustento básico de sua família buscam desesperadamente por soluções para seus problemas. É importante debater a respeito da crise econômica no Brasil e sua relação com o fomento de atividades ilícitas.

De acordo com o IBGE, há por volta de 13,4 milhões de desempregados atualmente no Brasil. O país está em crise há muito tempo e que possui uma dívida pública imensa. Atualmente, o Tesouro Nacional apresentou o Plano Anual de Financiamento (PAF), segundo este, a dívida pública federal deve chegar ao fim de 2019 entre R\$ 4,1 trilhões e R\$ 4,3 trilhões.

Antes de tudo, é importante destacar a informação crucial que Marcelo Lamy nos dá em seu artigo “Obrigação estatal de instituir políticas públicas: Novas virtualidades para o

direito internacional” (2015, p.33-47) de que o direito internacional está mais preocupado com os resultados do que com as punições, tendo sido formado nos últimos anos um pensamento de que o direito ao desenvolvimento, à paz e à democracia é condição para a verdadeira efetivação dos demais direitos humanos, tendo sido adicionado a qualquer tratado e convenção, ainda que implicitamente, o dever de instituir políticas públicas que visem alcançar este triângulo interativo. Sendo assim, para que haja melhorias com relação ao que ainda não é possível ser alcançado com o Protocolo de Palermo e a Lei nº 13.344/2016, tais políticas públicas devem ser fomentadas, para que a informação e a interação populacional com o Estado possa fazer diferença na efetivação dos ordenamentos jurídicos.

É necessário que seja feito um apanhado histórico da economia brasileira para compreender o porquê da importância das políticas públicas de desenvolvimento e de reforço para que, de acordo com o Protocolo de Palermo, “seja reduzido os fatores como a pobreza, o subdesenvolvimento e a desigualdade de oportunidades que tornam as pessoas, especialmente as mulheres e crianças, vulneráveis ao tráfico”. É compreendido que:

A situação de vulnerabilidade social da família pobre se encontra diretamente ligada à miséria estrutural, agravada pela crise econômica que lança o homem ou a mulher ao desemprego ou subemprego. Para Kaloustian e Ferrari (1994), por detrás da criança excluída da escola, nas favelas, no trabalho precoce urbano e rural e em situação de risco, está a família desassistida ou inatingida pela política oficial. (...) Petrini (2003), afirma que à medida que a família encontra dificuldades para cumprir satisfatoriamente suas tarefas básicas de socialização e de amparo/serviços aos seus membros, criam-se situações de vulnerabilidade (GOMES; PEREIRA, 2004, p.360)

A seguir, com base no livro “Administração Pública: direito administrativo, financeiro e gestão pública”, de Marcos Nóbrega (2002, p.83-93), será feita uma breve explanação a respeito do histórico econômico do Brasil.

No século XVIII, aderiu-se ao capitalismo liberal que era dirigido pela teoria da mão invisível de Adam Smith, o qual implantou a convicção de que o Estado não deveria intervir na economia. O Brasil entrou em uma grande crise, gerando a miséria para muitos. Nessa época, existia o monopólio comercial feito pelos grandes comerciantes, o que deixava muitas pessoas sem oportunidade no mercado, gerando desemprego e pobreza.

Com o fim da economia liberal ocasionado pela crise de 1929, começou-se a seguir a teoria de Keynes, sobre os juros, o emprego e a moeda, que adotava claramente a intervenção estatal na economia. Keynes separava em sua teoria parte do dinheiro do Estado para o consumo e parte para o investimento. Adotou-se esta teoria por muito tempo e ela foi

responsável pelo crescimento econômico de vários países, porém, por este método gerar, com tantos gastos e investimentos, o déficit orçamentário, exauriu-se, sendo vítima de seus próprios excessos.

Com isto, a dívida pública do Brasil cresceu exacerbadamente. Como consequência de tamanha crise, gerou-se mais desemprego, havendo mais investimento em máquinas do que em pessoas, o que nos trouxe um grande fluxo migratório, pois as pessoas estavam indo buscar meios de sustentar a si e a suas famílias em outros países, ficando clara a situação de vulnerabilidade em que foram colocados.

Ainda como consequência desta crise, temos aquelas pessoas que decidiram investir em atividades ilícitas, integrando-se no mundo do crime para prover seu sustento e o de sua família, ampliando cada vez mais a quantidade de traficantes de seres humanos.

A partir dos anos 80, levando em consideração tamanho desequilíbrio, torna-se prioridade o equilíbrio fiscal, sendo necessária a elaboração de um orçamento equilibrado. No Brasil, esta peça, há muito tempo, não tem passado de ficção, todavia, aos poucos está tomando rumo e atingindo alguma eficácia, entretanto, não o suficiente para melhorar a situação de todo o povo brasileiro.

De acordo com Petrini (2003), “no decorrer da evolução histórica, a família permanece como a matriz do processo civilizatório, como condição para a humanização e para a socialização das pessoas”. Sendo assim, a forma como a criança é educada e as bases que são estabelecidas na família influenciarão no futuro da sociedade. Consoante com o dito por Mônica Araújo Gomes e Maria Lúcia Duarte Pereira:

Para a família pobre, marcada pela fome e pela miséria, a casa representa um espaço de privação, de instabilidade e de esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade. Segundo Gomes (2003), quando a casa deixa de ser um espaço de proteção para ser um espaço de conflito, a superação desta situação se dá de forma muito fragmentada, uma vez que esta família não dispõe de redes de apoio para o enfrentamento das diversidades, resultando assim na sua desestruturação. A realidade das famílias pobres não traz no seu seio familiar a harmonia para que ela possa ser a propulsora do desenvolvimento saudável de seus membros, uma vez que seus direitos estão sendo negados. (GOMES; PEREIRA, 2004, p.359)

Infere-se, por meio do pensamento das autoras, que as famílias desestruturadas, apesar de procurarem um meio para superar seus problemas, não conseguem resolvê-los de forma harmônica, exercendo sob a sociedade um reflexo hostil, gerado pelo seu ambiente familiar. As reações das pessoas são diferentes, alguns procuram empregos mais simples,

como empregadas domésticas, agricultores, entre outras profissões que não são tão valorizadas quanto deveriam, todavia, algumas pessoas reagem de forma realmente hostil e agressiva, se ligando à violência, executando roubos, associando-se ao tráfico de drogas ou pessoas, enfim, as formas em que as pessoas vivem e reagem aos acontecimentos da vida são produtos da sociedade e do Estado. De acordo com Gomes e Pereira:

O Brasil não é um país pobre, e sim desigual. (...) Os elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira- uma perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social. (...)As consequências da crise econômica a que está sujeita a família pobre precipitam a ida de seus filhos para a rua e, na maioria das vezes, o abandono da escola, a fim de ajudar no orçamento familiar. Essa situação, inicialmente temporária, pode se estabelecer à medida que as articulações na rua vão se fortalecendo, ficando o retorno dessas crianças ao convívio sócio-familiar cada vez mais distante. (GOMES; PEREIRA, 2004, p.359-360)

É um fato que a crise econômica brasileira gerou diversas crises familiares, que desestruturam a formação do caráter das pessoas e fazem o ser humano despertar seu lado que pode ser o mais sombrio que existe. A busca pela sobrevivência pode despertar o pior ou o melhor lado do ser humano, tudo depende de como este reage; e, de acordo com a psicologia, cada pessoa tem sua forma de reagir a determinada circunstância.

Verifica-se, assim, a necessidade do fomento de políticas públicas que auxiliem no desenvolvimento econômico do país, para que tire as famílias de situação de vulnerabilidade, pois desta situação pode surgir uma vítima, que irá cair na rede do tráfico humano, ou de diversos outros crimes; ou um criminoso, que interferirá, talvez, em diversas vidas.

2.3 Políticas públicas de combate ao tráfico para a exploração sexual

O Protocolo de Palermo dispõe em seu artigo 9º que não devem ser medidos esforços pelos Estados que assinaram o Protocolo de Palermo para “tomarem medidas tais como pesquisas, campanhas de informação e de difusão através dos órgãos de comunicação, bem como iniciativas sociais e econômicas de forma a prevenir e combater o tráfico de pessoas”. Sendo assim, é crucial que haja campanhas de informação para prevenir o tráfico humano.

A Lei nº 13.344/2016 afirma, no art. 15, que “serão adotadas campanhas nacionais de enfrentamento ao tráfico de pessoas a serem divulgadas em veículos de comunicação, visando à conscientização da sociedade sobre todas as modalidades de tráfico de pessoas”.

As políticas públicas são desenvolvidas pelo Estado para salvaguardar e executar os direitos previstos na Constituição Federal e em outras leis. Existem políticas públicas de combate ao tráfico de pessoas. As que estiverem em atuação atualmente serão analisadas a seguir. É importante lembrar que existem órgãos de organização voluntária populacional que visam ao combate ao tráfico de pessoas, estes, no entanto, não serão levantados no trabalho em questão.

Temos a chamada **Coração Azul** que busca conscientizar e informar a sociedade da existência do tráfico de pessoas e de como se prevenir deste tipo de situação. De acordo com o 8º relatório de monitoramento do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – que será definido depois- esta campanha é:

Implementada pelo UNODC em 10 países, a campanha tem como símbolo o Coração Azul, que representa a tristeza das vítimas deste tipo de crime e lembra a insensibilidade daqueles que compram e vendem outros seres humanos. O uso da cor azul também demonstra o compromisso da ONU em combater o tráfico de pessoas. O slogan da Campanha brasileira é: “Liberdade não se compra”. Dignidade não se vende. Denuncie o tráfico de pessoas. Disque 100 ou Ligue 180. (8º relatório de monitoramento, II Plano Nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, página 501)

De acordo com este relatório, a campanha Coração Azul tem como colaboradores em sua divulgação o Departamento de Polícia Federal (DPF), o Ministério da Justiça (MJ), o Ministério Público Federal (MPF), a Rede Nacional de Núcleos e Postos, a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SPM) e a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ).

Foram organizados comitês sociais de ampliação da divulgação e adesão da campanha no Rio de Janeiro (2013) e em Pernambuco e Minas Gerais (em 2014).

O dia 30 de julho foi declarado, no dia 14 de novembro de 2013, pela ONU, como o dia mundial de enfrentamento ao tráfico de pessoas. As organizações do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP) se comprometeram a se mobilizar do dia 28 de julho a 1º de agosto de 2014 para “fazer com que a campanha seja vista como uma plataforma global para a prevenção e o enfrentamento do tráfico de pessoas com foco na comunicação e informação”.

Houve também a colaboração da divulgação da campanha Coração Azul através da TV ADPF (da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal), no ano de 2015,

pois o trabalho da Polícia Federal no Brasil foi citado no site da BBC, pela captura de diversos estrangeiros procurados e, segundo o delegado de polícia federal, Valdeci Urquiza Júnior, os criminosos foram extraditados para cumprir pena e responder seus processos na Inglaterra, tendo seus bens no Brasil arrestados e colocados à disposição da justiça britânica, o que facilita o combate ao tráfico de pessoas e instiga a cooperação entre os países. De acordo com o delegado de polícia federal, Alexander Taketomi Ferreira, a polícia federal representa a INTERPOL – Organização Internacional de Polícia Criminal - no Brasil. A Polícia Federal tem adotado estreitamento policial com outros países, principalmente onde se encontram vítimas brasileiras. Segundo ele, grande parte das vítimas do tráfico de pessoas se destina para a exploração sexual.

A divulgação da campanha Coração Azul gerou uma duplicação de denúncias do tráfico de pessoas no disque 100 e disque 180.

O último relatório disponível é até 2017, a campanha Coração Azul possui seu último relato no ano de 2015. O vídeo publicado pela UNODOC no youtube possui relato de apenas 1.001 visualizações, e, apesar de não se ter certeza de quantas pessoas assistiram ao vivo, trata-se de um pequeno número. O vídeo oficial da campanha no youtube possui apenas 1.805 visualizações, e vídeos feitos por outras entidades desconhecidas possuem mais visualizações que ela, porém, não suficientes. (Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=XN2Hvul-VyE>> Acesso em 13 de junho de 2019).

Apesar de algumas evoluções e de o crime ser de difícil controle, é preciso ter em mente que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 208,5 milhões de habitantes no Brasil. O número atingido pelas campanhas é mínimo. E no século onde as redes sociais fazem parte da vida das pessoas a todo instante, informações a respeito do tráfico de pessoas, principalmente a respeito da exploração sexual e da forma de ingresso nesta rede, deveriam ser conhecidas por todos.

A **Glo.Act** (Ação Mundial para prevenir e abordar o tráfico de pessoas e o contrabando de imigrantes), lançada pelo UNDOC- Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes foi uma iniciativa conjunta de quatro anos (2015 a 2019) que foi aderida pelo Brasil e tem como objetivo apoiar as ações de combate ao tráfico de pessoas. A Glo.Act trabalha sobre seis pilares, que estão disponíveis no anexo 01 deste trabalho.

A Glo.Act tem sido uma política pública de grande auxílio na cooperação entre os países e no combate ao tráfico de pessoas. O esperado é que o mesmo melhore e viabilize a aplicação do Protocolo de Palermo. De acordo com o portal do governo brasileiro:

O Brasil tem Estado presente nas grandes conferências e encontros dos organismos internacionais sobre o tráfico de pessoas. Tratando-se da Organização dos Estados Americanos – OEA e Mercosul, o Governo brasileiro tem contribuído na construção de declarações e posicionamentos que buscam garantir a ampliação e defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, o governo tem realizado diversas parcerias com organismos internacionais, em sua maioria por meio de acordos de cooperação, visando reforçar o combate ao tráfico de pessoas de forma mais efetiva e eficiente. (<https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/cooperacao-tecnica-internacional/cooperacao-tecnica-internacional>)

O **SMM** (Serviço de Prevenção ao Tráfico de Mulheres e Meninas) surgiu em 2006, em Uruaçu, Goiás, São Paulo e São Sebastião, tendo como foco fornecer informações nas escolas públicas para os estudantes de 15 a 19 anos, atingindo o objetivo da prevenção e conscientização das pessoas que estavam em situação de vulnerabilidade.

O **PNETP I** (Plano Nacional de Enfrentamento ao tráfico de pessoas) é uma política pública voltada ao combate do tráfico de pessoas. Inicialmente foi dividido em três eixos estratégicos: Prevenção ao tráfico de pessoas, visando combater o problema desde o início evitando, inclusive, a vulnerabilidade social; atenção às vítimas, dando a elas o tratamento devido e auxílio na reinserção social; e repressão ao tráfico de pessoas e responsabilização de seus autores. Nesta época, a Lei nº 13.344/2016 ainda não existia, porém, era um dos objetivos do PTNET criar legislação específica de combate ao tráfico de pessoas. O primeiro PTNET era o decreto nº 5.948 de 26/10/2006. Em fevereiro de 2013, foi instituída pelo decreto 7.901, uma coordenação tripartite para a coordenação da gestão estratégica e integrada do enfrentamento ao tráfico de pessoas, constituída pelo Ministério da Justiça, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e Secretaria de Direitos Humanos. De acordo com o Ministério da Justiça:

São atribuições da coordenação tripartite da política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas: analisar e decidir sobre aspectos relacionados à coordenação das ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas no âmbito da administração pública federal; conduzir a construção dos planos nacionais de enfrentamento ao tráfico de pessoas e coordenar os trabalhos dos respectivos grupos interministeriais de monitoramento e avaliação; mobilizar redes de atores e parceiros envolvidos no enfrentamento ao tráfico de pessoas; articular ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas com Estados, Distrito Federal e municípios e com as organizações privadas, internacionais e da sociedade civil; elaborar relatórios para instâncias nacionais e internacionais e disseminar informações sobre enfrentamento ao tráfico de pessoas; subsidiar os trabalhos do comitê nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, propondo temas para debates. (**Tráfico**

de pessoas: Uma abordagem para os direitos humanos – 1º edição – Brasília: Ministério da Justiça, 2013, p.95-96)

Este decreto criou também o **CONATRAP – Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**, que deve articular a atuação dos órgãos públicos e privados no ETP (Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas). Consoante o Ministério da Justiça:

Entre as atribuições do CONATRAP relacionadas no instrumento normativo, vale mencionar: propor estratégias para gestão e implementação de ações sobre o ETP; acompanhar a implementação dos planos nacionais de ETP; articular suas atividades àquelas dos conselhos nacionais de políticas públicas que tenham interface com o ETP, para promover a intersetorialidade das políticas; articular e apoiar tecnicamente os comitês estaduais, distritais e municipais de ETP na definição de diretrizes comuns de atuação, na regulamentação e no cumprimento de suas atribuições. (**Tráfico de pessoas: Uma abordagem para os direitos humanos** – 1º edição – Brasília: Ministério da Justiça, 2013, p.95-96)

Logo após a implementação desses planos nacionais de ETP, surgiu o **PNETP II**, que tinha cinco linhas operativas: Aperfeiçoar o marco regulatório para fortalecer o enfrentamento ao tráfico de pessoas, ou seja, aperfeiçoar a legislação; integrar e fortalecer as políticas públicas, redes de atendimento e organizações para as prestações de serviço de combate ao tráfico de pessoas; capacitar os agentes públicos para o enfrentamento ao tráfico de pessoas; produzir, gerir e disseminar informações e conhecimentos sobre o tráfico de pessoas; e fazer campanhas e mobilizações para o enfrentamento ao tráfico de pessoas. É importante perceber que os objetivos implantados pelo PNETP têm sido conquistados, apesar de não ser uma conquista imediata e de alguns pontos não terem conseguido ser alcançados ainda. De acordo com o Ministério da Justiça:

O II Plano abraça a ideia de que a construção de alicerces para o ETP precisa de valores e mecanismos democráticos, bem como de um Estado comprometido com o respeito e a promoção de tais valores, mas principalmente atento para impedir injustiças sociais, culturais e econômicas, provocadas inclusive, pelas demandas de mercado ou por posturas sexistas e preconceituosas em relação a grupos vulneráveis, como mulheres e homossexuais. Nesse sentido, muitas das atividades previstas em cada uma das linhas operativas do II PNETP iluminam as necessidades dos vulneráveis, dos excluídos e dos discriminados, possibilitando que as políticas públicas sejam pensadas e desenhadas de modo participativo para atender aos mais frágeis”. (**Tráfico de pessoas: Uma abordagem para os direitos humanos** – 1º edição – Brasília: Ministério da Justiça, 2013, p.98)

Percebe-se a evolução estatal quanto aos fatores de vulnerabilidade social e como estão tentando incluir as pessoas para que sejam cada vez mais informadas com o objetivo de prevenir tais acontecimentos.

Atualmente estamos no **III PNETP**, aprovado em 2018, através do decreto nº 9.440, tem como objetivos aumentar a cooperação nacional e internacional no ETP; reduzir cada vez mais as situações de vulnerabilidade social; capacitar mais profissionais, instituições e organizações envolvidas com o enfrentamento ao tráfico de pessoas; produzir e publicar informações sobre o tráfico de pessoas e seu enfrentamento; e sensibilizar e mobilizar a sociedade com relação ao tema com o objetivo de prevenir as pessoas.

Apesar dos esforços e das conquistas já realizadas, estão sempre buscando maiores evoluções para o combate ao tráfico de pessoas e realizar o que ainda não foi alcançado. Nos Estados Unidos é feito um relatório anual do combate ao tráfico, os países são classificados em três níveis de acordo com suas conquistas e o cumprimento do Protocolo de Palermo. O Brasil está classificado como nível dois, pois apesar de suas conquistas e esforços, ainda não atingiu as metas e o cumprimento da totalidade disposta no Protocolo de Palermo.

Grande evolução é notada nos objetivos relacionados a prevenção ao tráfico de pessoas no novo PNETP, no qual é proposto que seja ofertado auxílio psicológico profissional para pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social, o que é crucial para evitar situações de risco e é uma grande evolução no combate ao tráfico humano, se for alcançada.

É importante também a proposta de que seja elaborada outra pesquisa em âmbito nacional do tráfico de pessoas, pois a última publicada é de 2003.

Propõe ainda a disponibilização de materiais sobre tráfico humano disponibilizados em plataformas digitais. Já podem ser encontrados na internet diversos materiais sobre o tráfico de pessoas, todavia, é novidade o aplicativo Projeta Brasil que será um canal de denúncia do tráfico. É importante que se vise à divulgação dos casos de tráfico de pessoas, do seu andamento processual e a conscientização e sensibilização da sociedade quanto a este problema que é tão desumano. Foi destacado pela jornalista Tatiana Félix que:

Apesar de toda a complexidade e abrangência do tráfico de pessoas para fins de trabalho escravo, exploração sexual, servidão, casamentos arranjados ou para retirada e comércio de órgãos e tecidos, a grande mídia não faz abordagem frequente a essa problemática mundial. Raramente vemos reportagens informativas ou sobre eventos, programas e práticas de enfrentamento e prevenção ao tráfico humano, embora muitas iniciativas governamentais, não governamentais e religiosas existam no Brasil e estejam acontecendo. Podemos perceber, na maioria das vezes, que muitos profissionais da comunicação estão despreparados e desinformados quanto à

dimensão e consequências do tráfico de seres humanos. (CUNHA, 2016, p.157)

Desta forma, é crucial que haja também a preparação da imprensa para que esta possa fornecer informações para a sociedade, ampliando a prevenção contra o tráfico de pessoas.

Fica claro que é necessário que sejam efetuadas melhorias relacionadas às políticas públicas, tanto nas de informação e pesquisa, quando nas que reduzirão os fatores que colocam as pessoas em situação de vulnerabilidade.

É muito importante que seja notado que o PNEPT vem, desde sua criação, tentando colocar em prática diversos artigos da Lei nº 13.344/2016. É percebido, ao analisar os projetos ao todo, que algumas metas encontram-se repetidas seguidamente nos planos. Apesar de existirem evoluções quanto às metas estabelecidas, existem também retrocessos, e ações que, até o presente momento, ainda não conseguiram ser colocadas em prática, e outras das quais o Estado ainda continua omissa.

A problemática deste trabalho, que será explanada no seguinte capítulo, é justamente os danos que as vítimas sofrem com a vitimização secundária derivada da má preparação dos agentes públicos para recepcionar as vítimas de tráfico para exploração sexual, e o fato de o Estado ainda ser omissa a respeito de uma forma de indenizar a vítima, tanto pelos danos sofridos durante o delito, quando pelos danos sofridos durante o processo, ocasionados também pela morosidade processual.

3 O SOFRIMENTO DA VÍTIMA EM DECORRÊNCIA DA MOROSIDADE PROCESSUAL: UMA ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE REPARAÇÃO DE DANOS

O presente capítulo tem como objetivo avaliar se se aplica a responsabilidade objetiva ao Estado para possível indenização para as vítimas do tráfico de mulheres para exploração sexual tanto pelo dano que sofrem, quanto pelo sofrimento que pode ser causado à vítima durante um processo judicial demorado.

3.1 A conduta do agente e a omissão do Estado

Há pacificidade de que as vítimas dos crimes devem ser reparadas pelos agentes, e pelo Estado? A indenização feita pelo agente do crime já consta em lei de forma implícita no art. 8º, da Lei nº 13.344/2016 bem como consta no art. 6º que deve ser ofertado o apoio especializado para as vítimas de tráfico de pessoas. Todavia, o Estado ainda está isento da indenização nesses casos, não sendo prevista na Lei nº 13.344/2016 a forma de Estado reparar a vítima. Isto será analisado neste capítulo, bem como a possibilidade de reparação de danos pela morosidade processual, que atinge a diversas vítimas.

É necessário destrinchar as características do crime, e como ele chega à sua consumação. Será feito com base no livro “Tráfico de Pessoas: Lei nº 13.344/2016, comentada por artigos” de Rogério Sanches Cunha (2016, p.140-156). Qualquer pessoa pode ser um traficante, em qualquer lugar. Como foi visto anteriormente, o aliciador, que é quem atrai a vítima em diversas situações, pode entrar na vida dela de diversas formas, sendo da família ou não. De acordo com Rogério Sanches Cunha:

O tipo em estudo é de conduta mista, constituído de oito verbos nucleares, punindo-se o agente que agenciar (negociar, comerciar, servir de agente ou intermediário), aliciar (atrair, persuadir), recrutar (chamar pessoas), transportar (levar de um lugar para o outro), transferir (mudar de um lugar para o outro), comprar (adquirir a preço de dinheiro), alojar (acomodar) ou acolher (receber, aceitar, abrigar) pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com finalidade de remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo, submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo, submetê-la a qualquer tipo de servidão, adoção ilegal ou exploração sexual. (CUNHA, 2016, p.142)

As condutas praticadas pelos que traficam são agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa. O agenciador trabalha como intermediário, negocia as pessoas e para onde serão enviadas. O aliciador tem a função de seduzir a vítima, inserindo-a no mercado do tráfico, geralmente através do consentimento induzido, fazendo com que a pessoa imagine uma vida melhor, na qual tenha mais oportunidades. Geralmente as pessoas que recrutam são agentes, aliciadores, que às vezes, fazem um anúncio geral de emprego inexistente com bom salário para atrair as vítimas.

Como visto acima, estes atos devem ser feitos mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso.

A grave ameaça ocorre quando o agente do crime promete à vítima um mal, futuro e grave, contra esta ou contra pessoas que ela ama. A violência se trata da violência física. A coação é uma intimidação que pode ser feita através da violência ou da grave ameaça. A fraude, neste caso, é fazer com que a vítima acredite nas promessas do agente, tendo realmente fé de que terá uma vida melhor. O abuso é relacionado com o abuso de poder, o abuso do poder que uma pessoa tem sob a outra, exemplo disto pode ser um caso que foi relatado na PESTRAF, de uma garota que foi morar em outro país por responsabilidade de sua madrinha e foi traficada por ela mesma. O mesmo pode ser feito, por exemplo, por pais, tutores ou curadores contra seus dependentes.

É importante refletir a respeito dos danos sofridos pela vítima. Fica uma questão extremamente importante, existe forma de o agente reparar os danos que causou à vítima? A resposta para essa pergunta ecoa em alto e bom tom de que não há forma de reparar os anos que a pessoa perdeu o sofrimento que foi causado tanto a ela quanto à sua família, os danos físicos e psicológicos que ela sofreu ao longo dos anos que foi traficada. Às vezes, a pessoa nem volta com vida. Que chance o agente tem de reparar a família da vítima? Existe preço que pague uma vida? Logicamente a resposta é não.

A reinserção social da vítima já é difícil, para que ela consiga prosseguir com sua vida na sociedade, primeiramente necessita ter a sensação de segurança para si e para os que vivem ao seu redor, o que não seria possível com o causador do dano em plena liberdade. De acordo com o art. 149-A do Código Penal, a pena do tráfico é de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. Há majorante quando:

§ 1º A pena é aumentada de um terço até a metade se:

I – o crime for cometido por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las;

II – o crime for cometido contra criança, adolescente ou pessoa idosa ou com deficiência;

III – o agente se prevalecer de relações de parentesco, domésticas, de coabitação, de hospitalidade, de dependência econômica, de autoridade ou de superioridade hierárquica inerente ao exercício de emprego, cargo ou função; ou

IV – a vítima do tráfico de pessoas for retirada do território nacional.

§ 2º A pena é reduzida de um a dois terços se o agente for primário e não integrar organização criminosa.

No art. 140 do Código de Processo Penal consta que “as garantias do ressarcimento do dano alcançarão também as despesas processuais e as penas pecuniárias, tendo preferência sobre estas a reparação do dano ao ofendido”. Presume-se que não há possibilidade de devolver a inocência, reparar os danos psicológicos da vítima, é possível até que a vítima demore anos para se sentir viva novamente. O agente não tirou uma vida, mas assemelha-se a tal conduta, sendo assim, acredita-se que a pena deve ser reavaliada, e equiparada a do homicídio, adicionando-se as eventuais qualificadoras de majorantes. De acordo com Cunha:

Se o agente, além de traficar pessoas, lhes retirar ilegalmente órgãos, tecidos ou partes do corpo, haverá concurso material entre o art. 149-A e o art. 14 da Lei 9.434/97; se trafica e submete a vítima a trabalho em condições análogas à de escravo ou a servidão, o concurso será entre os arts. 149-A e 149; se há também adoção ilegal pela própria pessoa que traficou (por exemplo, o agente acolhe, mediante fraude, à margem do sistema de adoção, um recém-nascido), pode haver concurso entre os arts. 149-A e 242 do CP; por fim, se além do tráfico de pessoa ocorre a exploração sexual, pode haver concurso do art. 149-A com os arts. 228 ou 230 do CP, conforme o caso. (CUNHA, 2016, p.152)

Sendo assim, fica evidente que quando a pessoa é traficada para várias finalidades ocorre o concurso de crimes, sendo o agente punido por todas as condutas que tiver ao longo do delito.

Já no caso do Estado que possui responsabilidade objetiva, ou seja, responsabiliza-se pelos acontecidos na sociedade independentemente de culpa:

O Estado é capaz de direitos e obrigações como os demais entes, inexistindo motivos que possam justificar a sua irresponsabilidade. Se o Estado é o guardião do direito, como deixar ao desamparo o cidadão que sofreu prejuízos por ato próprio do Estado? (FILHO, 2012, p.253)

Fica aqui um questionamento interessante. E quando o caso for de omissão estatal, será aplicada também a responsabilidade objetiva? O Estado tem o dever de oferecer para a

população a segurança, direito garantido para todas as pessoas residentes e domiciliadas no Brasil pelo art. 5º, *caput*, da Constituição Federal. Este dispositivo ainda garante ainda o direito à igualdade. O termo igualdade, sem limitações, nos faz ver que o Estado deveria proporcionar ainda uma igualdade social, igualdade econômica para a população, tendo em vista que a desigualdade social é grande expositor da população, com a situação de vulnerabilidade em que acabam se encontrando, ao tráfico humano. De acordo com o art. 6º da Constituição Federal, “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados”.

Hannah Arendt em seu livro “Condição Humana” (2007) trabalha o conceito de ação. É necessária a compreensão de que a ação somente é possível na esfera política e na pluralidade. A autora conclui que, para que uma ação seja positiva, ela tem que ser acompanhada do discurso. Desta forma:

O poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para revelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para criar relações e novas realidades. (ARENDR, 2007, p. 212)

Segundo a autora, é inerente à ação a tendência de violar todos os limites e à imprevisibilidade, não é possível saber se os políticos irão concretizar suas palavras, logo, suas ações são imprevisíveis. Cumprir promessas gera a sensação de segurança para a sociedade, todavia, não cumpri-las pode ser um ato irreversível. Para a autora, “o perdão não cabe na esfera política, pois atos que afetam toda a sociedade são dignos apenas de punição” (ARENDR, Condição Humana, p. 253).

Seguindo este raciocínio, devemos refletir as seguintes questões: o quanto o Estado tem sido omissos com relação a sua responsabilidade de ofertar o básico para a sociedade? O quanto há de responsabilidade do Estado com relação às vítimas do tráfico de pessoas tendo em vista que ele deve ofertar o mínimo necessário para impedir as situações de vulnerabilidade? Qual a responsabilidade do Estado de indenizar a vítima do tráfico por tais falhas? De acordo com Cavalieri Filho:

No caso de omissão é necessário estabelecer a distinção entre estar o Estado obrigado a praticar uma ação, em razão de específico dever de agir, ou ter apenas o dever de evitar o resultado. Caso esteja obrigado a agir, haverá omissão específica e a responsabilidade será objetiva; será suficiente para a

responsabilização do Estado a demonstração de que o dano decorreu da sua omissão. (CAVALIERI, 2010, p.252)

Deve-se esclarecer que para a doutrina majoritária basta que o Estado cometa ato ou omissão administrativa para que seja responsabilizado objetivamente. Ao longo deste trabalho foram vistas diversas falhas estatais em proporcionar à população o mínimo para que tenham uma vida digna e segura.

Não é suficiente que o Estado coíba a desigualdade social existente e as várias formas de violência contra pessoas em situação vulnerável, é sim, imprescindível que ele assuma a promoção efetiva da igualdade real, de tal sorte que se opere uma verdadeira transformação de comportamento nas relações sociais (...). O Estado tem o dever de atuar ativamente no sentido de criar meios para mitigar as desigualdades sociais e, de modo preferencial, daqueles que mais precisam. (Tráfico de pessoas e violência sexual, 2007, p.46-47)

Existem diversas propostas para que sejam cumpridos os objetivos estabelecidos pelo Protocolo de Palermo, até mesmo o de retirar as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social da pobreza, do desemprego, todavia, deve ser proporcionado pelo Estado uma real mudança tanto no quadro econômico familiar, quanto na visão das pessoas com relação uma as outras.

Questionamento mais crucial ainda é: Qual o dano sofrido por uma mulher que foi traficada para fins de exploração sexual? Há como mensurar o dano por ter sido violada sexualmente? A falta de apoio psicológico especializado pode deixar danos psicológicos permanentes nas vítimas. De acordo com a OEA (2001), “os danos causados às vítimas da violência ameaçam, em última instância, o próprio sentido que cada pessoa atribui a sua existência, dado que produzem grave alteração no curso de vida das vítimas”, impedindo que a pessoa tenha suas metas de vida atingidas, não se encontrando mais na vida em que é reinserida. É importante enxergar que reinserir a vítima nas mesmas condições de vulnerabilidade em que ela se encontrava abre uma brecha enorme para que esta seja reinserida novamente no mercado do tráfico, como vítima ou como aliciadora, devendo o Estado indenizar a vítima para que possa reconstruir sua vida e ofertar assistência psicológica de profissionais para que a pessoa encontre sentido novamente em sua vida.

É necessário que seja feita a observação de que inicialmente muitas vítimas podem sentir dificuldade em aceitar a ajuda de profissionais. É necessário que haja

profissionais responsáveis que insistam para ajudar as vítimas, que voltam com grandes traumas após serem exploradas sexualmente.

De acordo com Judith Martins Costa (2001), “assim como tudo no direito, o conceito de dano não é dado, mas sim construído”. O que é afetado deve ser de interesse jurídico, ou seja, algo que a sociedade decidiu que merecia ser tutelado. O que seria mais importante para o homem do que a vida e ter dignidade ao longo desta? A dignidade da pessoa humana dá ao ser humano o direito de ser humano, de ser tratado como tal, desta forma, é justo que haja a responsabilidade por danos à pessoa. De acordo com Gomes e Molina:

Pode-se afirmar que a vítima sofre, com frequência, um severo impacto psicológico que se acrescenta ao dano material ou físico provocado pelo delito. A vivência criminal se atualiza, revive e perpetua. A impotência frente ao mal e ao temor de que se repita produz ansiedade, angústia, depressão, etc. (GOMES; MOLINA, 1997, p.84)

É um alerta de vários escritores que a vítima da violência sexual se considera indigna de viver em sociedade, não valorizando sua individualidade e não vendo sentido em viver. Segundo José Osmir Fiorelli e Rosana Cathya Ragazzoni Mangini (2015) “as consequências são amplas, nefastas, afetam o relacionamento com outras pessoas e desta com a vítima; o prejuízo para a identidade pode ser incalculável e irreversível”.

Extraí-se do pensamento dos autores acima mencionados que, após sofrerem o delito, as vítimas têm dificuldades de adaptação afetiva, não conseguindo se expressar com clareza e estando sempre em posição de defesa, tendo sensação de culpa e baixa autoestima por terem sofrido o delito. Têm dificuldades de estabelecer um relacionamento interpessoal, não sendo abertas para o mundo e evitando relacionamentos, e, muitas vezes, não têm um exercício saudável da sexualidade, sentindo repulsa pelo ato sexual. Algumas vítimas buscam uma forma de se culpar pelo acontecido e acabam se auto-vitimizando:

O indivíduo perverso compreende a fragilidade emocional da vítima, nela identifica os sinais de carência emocional ou de falta de valores e princípios que lhe sirvam para orientar seus comportamentos; ele desenha o quadro da sedução em que ela encontrará a acolhida para seus anseios; o agressor lhe oferecerá o suporte emocional para realizar a travessia em direção à dor, à surpresa tão inútil quanto tardia. Se o colorido for o da paixão, maior ainda será o dano. (FIORELLI; MANGINI, 2015, p.200)

Várias vítimas do tráfico de pessoas para a exploração sexual são aliciadas através de falsas promessas, muitas vezes seduzidas e apaixonadas por seus aliciadores, que se inserem em suas vidas como um namorado ou um amigo. Às vezes são inseridas neste mercado através de casamentos arranjados pela internet. Tamanho dano causado ao psicológico destas vítimas pode ser irreparável, sendo difícil para elas se reinserir socialmente:

Note-se que o condenado, durante a execução da pena, pode trabalhar e para isso é remunerado, sendo aberta uma caderneta de poupança ao condenado que, na época da libertação, receberá o dinheiro oriundo de seu trabalho na prisão. Também a família do condenado não fica desamparada, já que existe o benefício de prestação continuada chamado de ‘auxílio-reclusão’, cuja existência é justificada como forma de não deixar desamparados aqueles que dependiam economicamente do condenado. Entretanto, as vítimas de crimes e seus familiares não possuem benefício semelhante ao auxílio-reclusão. (CARVALHO; LOBATO, 2008, p.259)

Estando o Estado em falha com a prevenção ao tráfico de pessoas e não havendo previsão de reparação de danos feita por este às vítimas do tráfico de pessoas na Lei nº 13.344/2016, fica claro que, consoante com o Protocolo de Palermo, e considerando toda a análise feita neste tópico, deveria ser inserido nesta lei artigo que preveja indenização estatal para a vítima, a qual deve ser estabelecida de acordo com os danos sofridos pela vítima e a análise fática que será feita ao longo do processo. A vítima do tráfico de pessoas, principalmente do tráfico para a exploração sexual, precisa de total apoio, devendo haver a facilitação para que esta se reinsira socialmente.

De acordo com Sandro Carvalho e Joaquim Lobato (2008), deveria haver um fundo de amparo às vítimas desses crimes, para que elas pudessem ser reparadas, principalmente através do trabalho do condenado e por verbas estatais, tendo a sensação de reparo e de que o Estado não está a abandonando.

3.2 A vitimização secundária das mulheres traficadas para fins sexuais com a morosidade processual

A vitimologia estuda a vítima do crime e sua vulnerabilidade, que deverão ser avaliados no processo penal. É muito importante que seja feita uma análise entre a relação entre o criminoso e a vítima, para que seja mensurada a pena do agente do crime, avaliando se

serão ou não aplicadas qualificadoras e para que seja ofertado um tratamento mais digno à vítima ao longo do processo.

De acordo com Florenzano (2017), “a vítima é aquela que sofre a ação ou omissão do delinquente”. Antigamente o criminoso sofreria com a vingança feita pela vítima ou por sua família, ou teria que compensá-las. Todavia, com o passar do tempo, como já foi visto no primeiro capítulo deste trabalho, a autotutela foi proibida, sendo colocado nas mãos do Estado o poder de “fazer a justiça”. Com isso, a vítima deixa de ser a protagonista da situação em questão, e o Estado começa a tomar este papel principal, sendo a vítima representada pelo órgão do Ministério Público nos crimes de ação penal pública, havendo como vítima tanto a pessoa que sofreu o delito, quanto o Estado, que impusera uma lei que foi violada.

Com a escola positiva surge a criminologia, que a princípio não valorizava a vítima. Porém, no curso da evolução da criminologia surgiu um eventual interesse pelo papel da vítima no delito. Em relação à vítima vivencia-se atualmente a fase do redescobrimento, a qual se iniciou com o fim da II Guerra Mundial, tendo em vista que a humanidade presenciou o genocídio de seis milhões de judeus nos campos de concentração nazistas. Surge a vitimologia, que passou a estudar qual o porquê do esquecimento do direito criminal no que concerne à vítima e também entender a razão pela qual a vítima não se enquadrava como possuidora de direitos, o que era concedido aos delinquentes. (FLORENZANO, 2017, p.111-112)

A atenção a ser dada à vítima e aos seus familiares deveria ser maior, uma forma de auxílio mais firme, pois essas pessoas sofrem grandes traumas durante e após o ocorrido. Para que saibamos a relação da vítima com o criminoso e sua influência para a ocorrência do delito, faz-se necessário o exame vitimológico, esse é o pensamento de Florenzano:

Exame vitimológico é aquele que visa pesquisar fatores que se relacionam à vítima no que tange aos precedentes pessoais, familiares e sociais, considerando os aspectos físico-psíquico, psicológico, social e ambiental, no intuito de obter dados que possam indicar o temperamento, caráter e personalidade da vítima, revelando a potencial tendência a vitimização e ‘colaboração’ com o evento delituoso. Conforme expõe Oliveira, o exame vitimológico tem por intuito obter uma visão geral da personalidade da vítima, que possui condutas que possam precipitar o delito. (FLORENZANO, 2017, p.114)

Este exame auxilia a justiça a analisar o perigo que a vítima traz a si própria, e à sociedade, avaliando a chance de a vítima se tornar um agressor. Muitas vítimas do tráfico para a exploração sexual tornam-se aliciadoras, levando várias mulheres para o mercado

sexual. Para que seja feito este exame é preciso à autorização da vítima, com a finalidade de ser evitada a vitimização secundária, obrigando a vítima a fazer um procedimento que ela não deseja. Leciona Florenzano que:

Verifica-se a necessidade da existência e aplicação de um exame vitimológico, com os profissionais adequados e preparados para atender a vítima, verificar suas necessidades e minimizar os efeitos causados pelo delito, além da conscientização das condutas e espaços vitimogêneos que são mais propensos a ativar a ocorrência do delito. À vítima deve-se aplicar um tratamento humanitário e diligente em todos os campos nos quais ela merecer cuidado. (FLORENZANO, 2017, p.123)

Para melhor compreensão do que está sendo tratado neste tópico, faz-se necessário compreender o que é a vitimização primária, que é aquela que ocorre quando a vítima sofre efetivamente o delito, ou seja, quando é traficada.

É necessário que haja a compreensão, também, de que cada pessoa reage a uma situação de sua forma, sendo assim, sofrer este mal pode ser visto por alguém como um processo que a ajudou a evoluir e para outra como algo que acabou com sua vida, a levando a quadros graves de depressão, e às vezes, a vítima passa por tamanho sofrimento que, com o objetivo de enganar-se mentalmente, passa a desenvolver determinado carisma por seu traficante, fenômeno que é caracterizado como Síndrome de Estocolmo, tendo diversos efeitos na investigação processual. Segundo Fiorelli e Mangini, nesta síndrome:

As vítimas começam por identificar-se com os sequestradores, no princípio como mecanismo de defesa, por medo de retaliação e/ou violência. Pequenos gestos por parte dos raptos são frequentemente amplificados porque, do ponto de vista do refém, é muito difícil, senão impossível, ter uma visão clara da realidade nessas circunstâncias. As tentativas de libertação, por este motivo, são percebidas como uma ameaça, porque o refém pode correr o risco de ser magoado nesses mesmos atos. É importante notar que estes sintomas são consequências do estresse emocional e/ou físico extremo”. (FIORELLI; MANGINI, 2015, p.204)

Por este motivo, a lei garante que as vítimas sejam ajudadas ainda que não colaborem processualmente, pois podem estar sofrendo com graves danos psíquicos.

Conforme o testemunho de várias vítimas, algumas delas sabiam que iam se prostituir, e calcularam os riscos de irem, e foram buscando uma forma fácil de conseguir um meio de sustentar sua família e dar oportunidades melhores para esta, todavia, a realidade quando se chega lá é bem diferente da esperada.

A vitimização secundária, por seu turno, ocorre com a vítima ao longo da relação com o sistema jurídico penal. Isso acontece quando o sistema processual não atende às expectativas da vítima, não sendo esta, por exemplo, recepcionada como o esperado pelos agentes públicos, não tendo a si atribuída credibilidade que acha merecer ou decepcionando-se com a falta de celeridade do processo penal. De acordo com Guilherme Costa Câmara (2008), “Essa forma de vitimização gera o descontentamento e a desconfiança das vítimas com relação às instâncias formais de controle, o que terá relação direta com o aumento dos índices da cifra oculta, que representa a criminalidade não registrada pelas instâncias formais de controle”, ou seja, o fomento desse tipo de vitimização gera a falta de denúncias por não haver confiança no sistema judiciário e, conseqüentemente, a impunidade.

Para a análise da vitimização secundária, é importante que seja compreendido que para a caracterização do crime basta que sejam cumpridos os atos que estão dispostos no art. 149-A do Código Penal, ou seja, o consentimento da vítima não faz diferença na caracterização do crime (CUNHA, 2016, p.151).

Já na vitimização terciária, o indivíduo sofre por não ser bem recepcionado socialmente, por ser julgado inclusive pela família. Muitas mulheres que são traficadas para fins de exploração sexual, quando retornam para seu lugar de origem são vistas como prostitutas, ou simplesmente não são queridas por perto, pelo fato de gerar para algumas pessoas o sentimento de piedade, o que afeta a CMJ (Crença no Mundo Justo). Muitos familiares tratam a pessoa como uma vítima eterna do crime, fadada ao fracasso ou ao sofrimento constante, o que não ajuda na recuperação dessa vítima.

Existe ainda, a vitimização quaternária, que surgiu recentemente e deriva das informações fornecidas através das redes sociais, que geram medo nas pessoas, medo de se tornarem vítimas de determinado delito. De acordo com Marcos Rolim:

[...] o primeiro problema a ser destacado quanto à maneira pela qual a mídia retrata o crime, notadamente o crime violento, diz respeito à tendência de divulgar eventos dramáticos a partir de um “tensionamento” de sua singularidade com as dimensões do particular e do universal. Dito de outra forma: o que é apresentado como “fato” – um assassinato, por exemplo – parece desejar emancipar-se de suas circunstâncias e já é mostrado, invariavelmente, sem que se permita qualquer referência às condições que poderiam ser identificadas como precursoras da própria violência. Quando essa forma de noticiar o crime se torna regra – o que infelizmente, é o caso –, passa a ser improvável que os fenômenos contemporâneos da violência sejam percebidos pelo público em sua complexidade. (ROLIM, 2006, p.190)

Exemplo deste tipo de vitimização pode ser o ataque a tiros que ocorreu na Escola Estadual Professor Raul Brasil, em Suzano, na cidade de São Paulo, em 13 de março de 2019. Apesar de os criminosos também terem morrido, este crime assustou a população do Brasil, fazendo com que as pessoas temessem um atentado e tivessem medo até mesmo de sair de suas casas. Acontecimentos como estes despertam a violência e a imaginação dos criminosos.

Existe a necessidade de haver publicidade, porém, toda notícia deve ser dada da forma correta, sem alardes e de maneira que não cause o pânico geral.

Não por menos, deve haver consciência de que o ser humano é um ser axiológico, seus valores podem mudar, pois ele está valorando a todo instante. Muitas pessoas atualmente possuem uma visão menos preconceituosa com relação à prostituição, e conseguem ver a diferença entre esta e o tráfico para fins sexuais, todavia, existem pessoas que ainda reforçam a ideologia patriarcal e machista dentro da sociedade e que não enxergam a situação da forma que deveriam. De acordo com a PESTRAF:

Do ponto de vista jurídico, uma pessoa traficada para fins de exploração sexual é 'vítima', isto é, sujeito passivo do ilícito penal e/ou pessoa contra quem se comete crime ou contravenção. A dimensão social, por seu lado, tenta - e cada vez mais deve se alimentar dessa concepção - desconstruir esta percepção vitimizadora, a fim de não reforçar a ideia de submissão e de ênfase no lado apenas subjetivo e moralista da questão. (PESTRAF, 2003, p.48)

Dessa forma, fica aberta a possibilidade de as vítimas de tráfico sofrerem também tanto a vitimização secundária quanto a terciária, sendo possível que os agentes públicos não façam com que elas se sintam bem recepcionadas quando do atendimento decorrente da vitimização primária.

Sendo assim, é importante observar que o processo penal gera uma expectativa de justiça para a vítima, contudo, quando associado ao fenômeno de não haver preparação suficiente de alguns agentes públicos para recepcionar casos como estes, que são, aparentemente, uma junção da vitimização secundária com a terciária, pode ocorrer um grande sofrimento ao longo de sua tramitação, por fazer a vítima reviver a situação inúmeras vezes em várias oportunidades que vai ao judiciário, ensinamento que se extrai de Carvalho e Lobato:

No fórum criminal (...), antes de começar a audiência, a vítima fica no corredor aguardando ser chamada, quase sempre desacompanhada, sem saber ao certo o que acontecerá, e muitas vezes bem próximo ao seu agressor que também aguarda ser chamado no mesmo corredor para a audiência.

Quando começa a audiência, pelo menos até o magistrado mandar o acusado se retirar da sala-isto quando manda- a vítima fica “cara a cara” com o seu algoz. Depois, vai reviver todos os momentos do crime, respondendo às perguntas do juiz, do promotor e do advogado na frente do digitador, do oficial de justiça, e até do funcionário que serve cafezinho, tornando o ato mais constrangedor quando se apura um crime sexual e os inquiridores são todos do sexo masculino e a vítima é do sexo feminino (...). (CARVALHO; LOBATO, 2008, p.248)

Nesse sentido, imagine-se a situação de uma vítima de tráfico de pessoas em uma audiência criminal, além de ela reviver o que passou, ela também tem a dificuldade de recolher elementos probatórios, o que faz com que duvidem de suas palavras, contexto esse que a leva a sofrer a vitimização secundária.

3.3 A morosidade como causadora de constrangimento às vítimas

Em respeito ao princípio da economia processual, deve ser buscada a maior efetividade ao longo do processo, com a produção do mínimo de atos possíveis. Valorando, ainda, o princípio da celeridade e o da informalidade, este último quando cabível, os conflitos devem ser solucionados rapidamente e com desapego à formalidade dos atos processuais, evitando atos procrastinatórios ao longo do processo. Em homenagem a isso, foi assegurado na Constituição Federal, no seu artigo 5º, inciso LXXVIII que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

O texto constitucional ainda assegura que ninguém é considerado culpado antes do trânsito em julgado, sendo assim, nenhuma afirmação feita ao longo do processo pode ser considerada como absolutamente verdadeira. Na legislação infraconstitucional, o art. 239 do CPP afirma: “considera-se indício a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autoriza, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias”.

De acordo com Mittermaier, no seu livro “TRATADO DA PROVA EM MATÉRIA CRIMINAL” (1871, p.220), o indício é “um fato em relação tão precisa com outro fato que, de um, o juiz chega ao outro por uma conclusão toda natural. É preciso que haja na causa dois fatos, um verificado, outro não estabelecido e que se trata de demonstrar raciocinando do conhecido para o desconhecido”. Ou seja, é necessário que o indício seja derivado de fato já verificado que o torne incontestável ao lado de outros que serão formados através do raciocínio. Ensino igual obtém-se de Lima:

Os indícios, assim, se plurais, concordantes e veementes, podem e devem levar à condenação. Neste caso eles traduzem a chamada prova plena, aquela que o juiz chega à certeza do fato criminoso, convencendo-se de sua existência. A prova plena é fundamental para a decisão condenatória. É claro que isso vai exigir uma fundamentação do juiz baseada nos autos. Seu trabalho é elencar, descrevendo-os, cada um dos indícios existentes e sua concatenação, por desdobramento natural, com o fato criminoso. É preciso ainda que o magistrado destaque a importância de cada indício, afastando, se for o caso, justificadamente, eventuais contra indícios com os mesmos critérios de razoabilidade. Se houver a fragilidade indiciária, ou mesmo provas indiretas que, por razoabilidade, infirmem os indícios, se eles não forem tantos, ou revelarem-se contraditórios, não se pode falar em prova plena e, deste modo, em condenação. (LIMA, 2017, p.86-87)

Deve-se ter em mente que o tráfico de pessoas é um fenômeno em extensão e de difícil comprovação, esta pesquisa segue a doutrina que apoia a utilização do indício como forma de iniciar a persecução penal. Fortalece a ideia dos indícios suficientes o art. 8º da Lei nº 13.344/2016:

Art. 8º- O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação do delegado de polícia, ouvido o ministério público, havendo indícios suficientes de infração penal, poderá decretar medidas assecuratórias relacionadas a bens, direitos ou valores pertencentes ao investigado ou acusado, ou existente em nome de interpostas pessoas, que sejam instrumento, produto ou proveito do crime de tráfico de pessoa.

Visto acima, são medidas assecuratórias o sequestro, a hipoteca legal e o arresto, previstos nos arts. 125 a 144-A do CPP, que têm como objetivo o pagamento das despesas processuais, reparações e multas, em especial e no contexto desta pesquisa, a indenização da vítima. Ressalte-se que o juiz pode, em alguns casos, decretar as medidas assecuratórias *ex officio*, ou por iniciativa do Ministério Público ou da autoridade policial.

Sobre o sequestro de bens, consoante Cunha (2016, p.60) “a medida deve vir lastreada no mínimo de prova, posto que invade a órbita de direitos da pessoa, retirando-lhe a disponibilidade sobre bens”. Preenchidos os requisitos legais, o sequestro pode ser ordenado ainda mesmo na fase de investigações. No seu caminho, a hipoteca legal visa a indenização feita pelo agente do crime à família e a vítima. Já o arresto é medida preventiva assecuratória que incide sobre o patrimônio líquido do agente para garantir a satisfação de indenização futura. De acordo com o § 2º do art. 8º da Lei nº 13.344/2016:

O juiz determinará a liberação total ou parcial dos bens, direitos e valores quando comprovada a ilicitude de sua origem, mantendo-se a constrição dos

bens, direitos e valores necessários e suficientes à reparação dos danos e ao pagamento de prestações pecuniárias, multas e custas decorrentes da infração penal.

Quando solicitado pelo Ministério público, qualquer órgão do poder público ou de empresa de iniciativa privada deverá atender em 24 horas a requisição dos dados e informações da vítima e dos suspeitos, bem como das empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática, quando necessário para a repreensão ou prevenção do tráfico de pessoas. (CUNHA, 2016, p.60)

Vistas algumas características específicas do processo de tráfico, deve-se ter consciência de que é um processo realmente demorado, principalmente se considerar que é plenamente aceitável que algumas pessoas alteram seus testemunhos por medo de acontecer alguma coisa consigo mesmas ou com suas famílias, observando-se que há a necessidade de fazer uma análise da ilicitude da forma pela qual o suposto agente do crime adquiriu seus bens e quais terão possibilidade de ser penhorados para a reparação dos danos.

Temos um sistema penal justo, que prefere absolver um criminoso a condenar um inocente, fazendo jus ao princípio “in dubio pro réu”.

Apesar do esforço do judiciário, é necessária a compreensão de que as vítimas estão cansadas de promessas, da promessa de uma vida melhor, da promessa da justiça, não conseguem confiar nas pessoas com facilidade. A convivência com as pessoas no dia a dia se torna algo pesado, acreditar que podem conquistar algo na vida, e se estabilizar é um grande desafio, principalmente para as vítimas que desenvolvem a depressão, que faz com que as pessoas não acreditem em nenhuma possibilidade para sua vida. (Informação disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/05/internacional/1470383810_421682.html>

Acesso em 13 de junho de 2019)

De acordo com o artigo “Tempo na ou da justiça criminal brasileira: uma discussão metodológica”:

Mensurar o tempo de processamento de um delito no Brasil não é tarefa fácil. O ponto principal de toda essa complicação é o fato de o sistema de justiça criminal ser caracterizado por um emaranhado de organizações articuladas na produção de um mosaico de verdades e sem um sistema de estatística que viabilize tanto o monitoramento dos caminhos percorridos pelos papéis e pessoas, como ainda a mensuração das temporalidades envolvidas nessas atividades. Nesses termos, o ponto de partida de qualquer análise dessa natureza é a apresentação dos caminhos que um delito pode percorrer desde o seu registro na polícia até o seu sentenciamento pelo Judiciário, sendo este tipo de estudo o que se convencionou denominar na literatura brasileira de fluxo do sistema de justiça criminal. Já essa expressão

pode ser entendida como a conexão entre as polícias (militar e civil), o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Judiciário, e o sistema prisional, no intuito de processar as condutas capituladas como crime no código penal brasileiro, de acordo com os procedimentos legais estabelecidos no código de processo penal. (RIBEIRO; MACHADO; SILVA; 2012, p.358-359)

É possível denunciar o tráfico de pessoas através da polícia federal, do disque denúncia, disque 100 ou 180 e nos consulados. A ação penal é pública incondicionada. Observe-se que após a denúncia perante a autoridade policial, haverá a investigação, que irá apurar os fatos e avaliar se realmente houve crime, nessa fase, dito antes, já se verifica a vitimização secundária:

Enquanto na fase policial a vitimização aparece com maior intensidade por ocasião da realização de exame de corpo de delito nos crimes sexuais e nas declarações prestadas perante a autoridade policial, na fase judicial parece ser a audiência de instrução o maior foco de vitimização, tanto antes, como durante e depois da oitiva da vítima pelo magistrado. Antes há o constrangimento de, como dito, por vezes aguardar no corredor com o acusado. Durante, devido ser bombardeada de perguntas sobre o fato delituoso, fazendo com que reviva o momento que deseja esquecer. Depois da audiência, a vítima fica angustiada ou sofre retaliações por parte do acusado ou mesmo da família dele e ainda a dúvida de que nada esqueceu ou aumentou em suas declarações. (CARVALHO; LOBATO, 2008, p.249)

Agora, se a vitimização já ocorre na forma exposta acima, com uma tramitação regular do processo, deve ser refletido com maior intensidade nos casos em que o processo se torna extremamente moroso. Qual a sensação trazida à vítima por ter que voltar ao judiciário inúmeras vezes para tratar do mesmo assunto? Qual a sensação que a vítima carrega por terem passados anos e seu caso ainda não haver sido solucionado? Existe sensação de segurança para essa pessoa?

Acredita-se que não. A morosidade processual acaba trazendo ansiedade e sofrimento para a vítima que espera ser atendida com celeridade e ver a justiça ser feita. Algumas causas da morosidade processual são citadas por Silva, veja:

A demora nas prestações jurisdicionais pode advir de diversas causas, como por exemplo: decorrência da deficiente estrutura dos serviços judiciários, sem, no entanto, dolo ou culpa do juiz ou qualquer outro agente judiciário; atrasos que advém do grande acúmulo e sobrecarga de serviços, podendo até mesmo ser decorrente da adoção de processos burocráticos, falta de juízes e servidores, não informatização. Sendo que nesses casos há a culpa por parte do Estado e a mesma decorre de sua omissão com relação à falta de fiscalização das atividades judiciárias ou até mesmo falta de aparelhamento da justiça. É importante salientar ainda que a demora da prestação jurisdicional pode decorrer também da negligência de agentes judiciários,

neste caso (...) o Estado será responsável pela indenização, no entanto, tem o direito de regresso contra o agente culpado. (SILVA, 2013, p.43)

Desta forma, torna-se visível que seria mais vantajoso para o Estado investir no sistema judiciário para que haja uma prestação jurisdicional mais célere, atendendo as expectativas da vítima e ofertando-lhe segurança, fazendo o possível para retirá-la da situação de vulnerabilidade a que está exposta.

Não é consolidado que o Estado, pela demora na prestação jurisdicional, tem o dever de indenizar as vítimas. Apesar da vitimização secundária já ser conhecida por muitos, não é algo que domina o pensamento de toda a sociedade.

Todos têm o direito de exigir que a prestação jurisdicional seja feita com celeridade, sendo um dos direitos fundamentais garantidos pela CF.

De acordo com Mariana Pinheiro Sanches, no seu artigo “Responsabilidade civil do Estado por atos jurisdicionais” (2013) existem quatro excludentes da responsabilidade estatal: A culpa da vítima, a culpa de terceiro, a força maior e o Estado de necessidade.

Quando a culpa é da vítima, ela produziu o dano contra si mesma. Cabe ao Estado provar isto, se ambos tiverem culpa, ambos responderão pelo dano. Como por exemplo, a vítima introduz questão no âmbito processual que apenas protela o processo, se o juiz perceber e permitir, ambos assumem a responsabilidade.

Da mesma forma ocorre quando a culpa for de terceiro, que pode ser exemplo também a apresentação de testemunho apenas de cunho protelatório para interferir no processo. Neste caso, o poder público não pode ter concorrido de forma alguma para a ocorrência do dano, caso contrário, será responsável pela indenização.

Quando a ocorrência decorre por força maior é necessária a prova de que foi um acontecimento imprevisível, ou seja, que não poderia ser previsto. Inevitável, que de forma alguma poderia ter ocorrido de forma diferente. E irresistível, no qual força nenhuma mudaria o resultado.

Já o Estado de necessidade ocorre quando o Estado precisa colocar as necessidades individuais de uma pessoa em favor do benefício da população em geral, sendo assim, priorizado o bem comum. Eximindo o Estado da responsabilidade de qualquer indenização em favor da vítima.

Observe-se que a demora na prestação jurisdicional não é acobertada por nenhuma destas excludentes, sendo passível, nessa óptica, de ser indenizada. No artigo “A demora na

entrega da prestação jurisdicional: responsabilidade do Estado: indenização”, de José Augusto Delgado, consta que:

A doutrina caracteriza a atividade jurisdicional defeituosa quando:

- a) O juiz, dolosamente recusa ou omite decisões, causando prejuízo às partes;
- b) O juiz não conhece, ou conhece mal, o direito aplicável, recusando ou omitindo o que é de direito;
- c) O atuar do poder judiciário é vagaroso, por indolência do juiz ou por lentidão determinada por insuficiência ou falta de juízes ou funcionários, obrigando ao acúmulo de processos, o que impossibilita o julgamento dentro dos prazos fixados pela lei. (DELGADO, 2010, p.22-23)

Tomando como base a citação acima, é notório que o que ocorre com a prestação jurisdicional do Brasil tornando o ato do poder judiciário lento decorre do acúmulo de processos e a impossibilidade de julgá-los no prazo estabelecido pela lei, retirando da população a sensação de justiça.

Atualmente, de acordo com José Augusto Delgado (2010), “a doutrina e a jurisprudência têm posição pacífica na defesa da responsabilidade do Estado pela falta anônima do serviço, ou, em consequência, do não bem atuar dos seus agentes, mesmo que não seja uma omissão dolosa”. Nesse contexto, segue decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) determinando a indenização por morosidade processual:

A segunda turma do STJ restabeleceu sentença que condenou o Estado do Amazonas a pagar indenização por danos morais no valor de 30 salários mínimos pela demora injustificada na prestação jurisdicional em ação de execução de alimentos. No recurso especial- provido de forma unânime pelo colegiado- a mãe das duas menores destinatárias dos alimentos alegou que a demora da justiça em determinar a citação do devedor fez com que suas filhas ficassem sem receber a pensão por cerca de dois anos e meio. (http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-condena-Estado-do-Amazonas-a-indenizar-v%C3%ADtimas-da-demora-excessiva-da-Justi%C3%A7a)

Apesar de este exemplo ser de um caso cível, é importante que seja compreendido que a aceitação destas coisas são lentas, e que com o tempo serão ampliadas, atingindo com efeitos concretos o processo penal.

Existe ainda parte da jurisprudência que não concorda que o Estado deve ser responsabilizado pela morosidade processual, alegando que só deve ser responsabilizado pelo que está expresso em lei, e que o poder judiciário não pode viver com o peso dessa responsabilidade.

Entretanto, a demora na prestação jurisdicional, a despeito de inexistir lei neste sentido, faz gerar a necessidade de que a jurisprudência assegure a indenização cabível a ser paga pelo Estado. A demora na prestação jurisdicional não pode se escudar na inexistência de lei para não indenizar. A jurisprudência, com amparo constitucional, deve assegurar ao prejudicado a indenização cabível a ser paga pelo Estado quando essa demora ocorrer. Não é outro o pensamento de Delgado:

O direito não deve ser um mero esquema de organização social, conforme defendeu Kelsen e seus adeptos. Ele deve atingir os anseios do homem que estão tutelados por seus princípios, disciplinando o agir humano no âmbito da sociedade e resolvendo todas as questões conflitantes que envolvem problemas legais. Assim, no caso da demora na prestação jurisdicional, configura-se, pois, de maneira insofismável, a necessidade de criação jurisprudencial do direito, assegurando ao particular prejudicado a indenização cabível a ser paga pelo Estado. (DELGADO, 2010, p.32)

Nesse sentido, tem-se que o direito ultrapassa os limites da organização social e vai buscar os anseios do homem, socorrendo aqueles que dele dependem, retirando-o de um estado de guerra e mantendo-o no pacto social direcionado à paz. Afastando barreiras, no contexto dessa pesquisa, que impeçam a indenização por danos causados pela morosidade processual.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e em consonância com as análises feitas neste trabalho, percebe-se a existência, na sociedade, de ideologias patriarcais e do pensamento machista, que exercem grande influência sobre o ser humano.

Todavia, a sociedade tem evoluído bastante com relação ao preconceito que foi fomentado desde a antiguidade contra a mulher. Entretanto, algumas mulheres, vítimas do tráfico para a exploração sexual, ainda não têm para si atribuída, ao longo do processo, a credibilidade que merecem, sendo levadas à vitimização secundária, seja pela má preparação dos agentes públicos para recepcionar esse tipo de caso, seja pela demora da prestação jurisdicional e acabam revivendo o trauma que sofreram várias vezes.

O respeito à dignidade da pessoa humana é um direito inerente à própria existência humana. O ser humano deve ser livre, não ser submetido a castigos cruéis, deve ter direito a um julgamento justo ofertado pelo poder judiciário, à liberdade de expressão, à educação, à moradia, saúde, tudo o que contribua para uma vida digna.

Grandes evoluções quanto ao direito penal sexual foram alcançadas. A escolha da realização do ato sexual deve ser unicamente do indivíduo, sem influência de terceiros. Nesse aspecto, sempre se pode melhorar, mas o que já foi alcançado tem grande importância para a proteção das mulheres, que antes eram tratadas como um ser que não pertencia à vida pública.

Assim, descortinar o sofrimento da vítima, em decorrência da morosidade processual, e analisar a possibilidade da reparação de danos ganharam enfoque.

A Lei nº 13.344/2016 abriu a possibilidade de dar assistência, prevenção e proteção às vítimas ou possíveis vítimas deste delito, objetivando a responsabilização dos envolvidos. Diversas políticas públicas vêm sendo implantadas na tentativa de conseguir executar o que está disposto nesta lei.

Nesse caminhar, verifica-se a necessidade de fomento de políticas públicas que auxiliem no desenvolvimento econômico do país, para que as famílias sejam retiradas da situação de vulnerabilidade, situação que pode fazer surgir uma vítima.

Os danos que as vítimas sofrem com a vitimização secundária, derivada da má preparação dos agentes públicos para recepcionar as vítimas de tráfico para exploração sexual, e o fato de o Estado ainda ser omissor a respeito de uma forma de indenizar a vítima, tanto pelos danos sofridos durante o delito, quando pelos danos sofridos durante o processo,

ocasionados também pela morosidade processual, podem ser irreparáveis, sendo difícil para elas se reinserir socialmente.

A vítima do tráfico de pessoas, principalmente do tráfico para a exploração sexual, precisa de total apoio, devendo haver a facilitação para que esta se reinsira socialmente.

Nesse contexto, constata-se que as mulheres traficadas para a exploração sexual passam pelas várias etapas da vitimização, em especial, a secundária, foco desta pesquisa. Isso porque, além serem objeto material desse delito e de sofrerem com o preconceito da sociedade, quando buscam o aparato estatal não recebem o tratamento ideal e adequado, tornando-se necessário que sejam implantados mais programas preparatórios para que os agentes públicos proporcionem um tratamento mais humanizado a essas vítimas.

Por seu turno, não bastasse a forma como são tratadas essas vítimas pelo Estado, ainda têm de suportar a morosidade do estado-juiz para concluir os processos criminais. Nesse ponto, por essa demora, deve o Estado reparar os danos causados a essas vítimas.

Não obstante existir legislação específica tratando desse delito, os planos de combate ao tráfico de pessoas traçados no Protocolo de Palermo e na Lei nº 13.344/2016, em que pese a esses planos repetirem os objetivos legais diversas vezes, não estão conseguindo alcançar os resultados realmente esperados.

Dar publicidade dos casos de tráfico de pessoas, respeitados o sigilo e o segredo de justiça para preservação da intimidade das vítimas, mostra-se de crucial importância para o combate ao tráfico humano, principalmente contra o tráfico para a exploração sexual, uma vez que o tabu atribuído a este assunto prejudica a segurança da população do país.

É necessário ainda que a Lei nº 13.344/2016 seja alterada para trazer, de forma expressa, parâmetros e regras da indenização estatal para a vítima do tráfico de pessoas para a exploração sexual e dos danos decorrentes da morosidade processual.

Conclui-se que, nos casos abordados nesta pesquisa, além da possibilidade jurídica e do dever de o Estado indenizar as vítimas do tráfico de mulheres para a exploração sexual, tanto em decorrência da vitimização secundária quanto da morosidade processual, inobstante não haver legislação específica, devendo-se aplicar a responsabilidade objetiva do Estado por analogia.

Por fim, sabe-se que a nem a sociedade e nem o direito são estáticos, dito alhures, há doutrinadores que não apoiam a aplicação da responsabilidade objetiva do Estado nestes casos, porém espera-se provocar futuros pesquisadores sobre o tema e servir, também, o

presente estudo de suporte para esboços posteriores. Isso porque, a dinamicidade do direito não se esgota nem em si mesma, não encontrando limites intransponíveis. Este trabalho busca uma estratégia possibilitadora da transposição, sim, das dificuldades encontradas, bem assim enobrecer, ainda mais, aqueles que se encorajam a adentrar no inebriante campo de estudo do tráfico de pessoas e a reparação por parte de Estado.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. **Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- ARENDT, Hannah. **Da violência**, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. **Dominação Masculina**, 2012.
- CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil- 9. Ed.** – São Paulo: Atlas, 2010.
- CARVALHO, Sandro Carvalho Lobato; LOBATO, Joaquim Henrique de Carvalho, **Vitimização e Processo Penal**, R. Minist. Pub. Est. MA. São Luís, n 15, jan/dez, 2008.
- CRIMINOLOGIA E POLÍTICA CRIMINAL: perspectivas, LIMA, Alberto Jorge Correia de Barros, **Entre a verdade e a certeza: A prova indiciária no processo penal**, 2017 (<https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/cooperacao-tecnica-internacional/cooperacao-tecnica-internacional>).
- CORREIA, Isabel; VALA, Jorge. **Crença no mundo justo e vitimização secundária: O papel moderador da inocência da vítima e da persistência do sofrimento**, 2003.
- COSTA, Martins Judith, **Os danos à pessoa no direito Brasileiro e a Natureza da sua reparação**, Revista da faculdade de direito da UFRGS, 2001.
- CUNHA, Rogério S. “apud” PINTO, Ronaldo B. **Tráfico de pessoas, Lei 13.344/2016 comentada por artigos**, 2017.
- DELGADO, José Augusto, **“A demora na entrega da prestação jurisdicional: responsabilidade do estado: indenização”**, 2010.
- Diário do Senado Federal, relatório no 1, de 2004.
- DINES, A. (1996/1997), Mídia, civilidade, civismo. In J. Lerner, J. (org.), **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- FIORELLI, Osmir José; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni, **Psicologia Jurídica**, 6ª edição, São Paulo, Editora Atlas S.A, 2015.
- FLORENZANO, Fernando Wesley. **Vitimologia no Direito Penal brasileiro: aplicação prática específica. Iuris in mente: revista de direito fundamentais e políticas públicas**. Ano II, n. 2. Itumbiara, jan.-jun, 2017.
- RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: Notas sobre a ‘Economia Política’ do Sexo**, 1986.
- GOMES, Mônica; PEREIRA, Maria; **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas**, 2004.
- GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: parte especial, volume II: introdução à teoria geral da parte especial: crimes contra a pessoa** / Rogério Greco. – 14. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2017.

<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n25/26526.pdf>

<https://www.youtube.com/watch?v=Pze2mum7FEw>

<https://www.youtube.com/watch?v=XN2Hvul-VyE>

<http://faculdaedamas.edu.br/revistafd/index.php/relacoesinternacionais/article/view/184/174>. Acesso em 14/04/2018.

http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-condena-Estado-do-Amazonas-a-indenizar-v%C3%ADtimas-da-demora-excessiva-da-Justi%C3%A7a.

<https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/cooperacao-tecnica-internacional/cooperacao-tecnica-internacional>

https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/05/internacional/1470383810_421682.html

<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24283-desemprego-sobe-para-12-7-com-13-4-milhoes-de-pessoas-em-busca-de-trabalho>

II Plano nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, secretaria nacional de justiça, Brasília: Ministério da justiça, 2013.

JOHN, Locke **Segundo tratado sobre o governo civil**, 1994.

LAMY, Marcelo **Obrigação Estatal de Instituir Políticas Públicas: Novas virtualidades para o direito internacional**, Caderno de Relações Internacionais, vol. 6, nº 10, jan-jun. 2015.

LUDMILA, Ribeiro; MACHADO, Igor; SILVA, Klarissa, **Tempo na justiça criminal brasileira: Uma discussão metodológica**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol.18, nº2, novembro 2012, p.355 a 382.

MITTERMAIER, “**TRATADO DA PROVA EM MATÉRIA CRIMINAL**”, 1871.

NÓBREGA, Marcos. **Administração Pública: direito administrativo, financeiro e gestão pública**, 2002.

PESTRAF – Pesquisa Sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de exploração sexual comercial, 2003. Disponível em <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-pesquisas/2003pestraf.pdf>. Acesso em 10/12/2017.

REALE, Miguel **Filosofia do direito**, 1999.

RODRIGUES, Thais C. **Tráfico Internacional de Pessoas para exploração sexual**, Saraiva, 2013.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**, 2006.

SILVA, Mariana Pinheiro Sanches, **Responsabilidade civil do estado por atos jurisdicionais**, 2013.

SILVA, Sergio Gomes, **Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher**, 2010.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR Rosmar Rodrigues Alencar, **Curso de direito processual penal**, 2016.

Tráfico de pessoas e violência sexual/ Organizado pelo Grupo de Pesquisa sobre Violência, Exploração Sexual e Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes – VIOLES/ SER/ Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, Ministério da Justiça, Brasília, 2006.

Tráfico de pessoas: Uma abordagem para os direitos humanos – 1º edição – Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

ANEXO I

Strategy and policy development	Legislative assistance
O GLO.ACT trabalha com os países para desenvolver políticas e estratégias adaptadas ao seu contexto nacional.	O GLO.ACT assegura que os quadros legislativos nacionais para criminalizar o tráfico de pessoas e o SOM cumpram as normas internacionais.
Capacity building	Regional and trans-regional cooperation
O GLO.ACT trabalha com autoridades governamentais para melhorar o conhecimento e a capacidade dos profissionais da justiça criminal para combater o tráfico de pessoas e o SOM e para proteger as vítimas de tráfico e migrantes vulneráveis.	O GLO.ACT promove a cooperação e o intercâmbio de informações entre os agentes da lei sobre a identificação, investigação e repressão de infrações relacionadas a TIP e SOM.
Protection and assistance to victims of trafficking and smuggled migrants	Assistance and support to children among victims of trafficking and smuggled migrants
O GLO.ACT, particularmente através da OIM, trabalha com a sociedade civil e autoridades governamentais para desenvolver programas de assistência e apoio às vítimas de tráfico e migrantes vulneráveis.	O GLO.ACT, particularmente através do UNICEF e OIM, trabalha com serviços de apoio a vítimas e autoridades governamentais relevantes para desenvolver estruturas para a proteção e assistência de crianças.

Fonte: <https://www.unodc.org/unodc/en/human-trafficking/glo-act/objectives.html>

ANEXO DE SIGLAS

CMJ- Crença no Mundo Justo;

CONATRAP- Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;

DPF- Departamento de Polícia Federal;

ETP-Enfrentamento ao tráfico de pessoas;

INTERPOL – Organização Internacional de Polícia Criminal;

GLO.ACT- Ação Mundial para Prevenir e Abordar o Tráfico de Pessoas e o Contrabando de Imigrantes;

MJ- Ministério da Justiça;

MPF - Ministério Público Federal;

OEA- Organização dos Estados Americanos;

OIT- Organização Internacional da Migração;

ONU- Organização das Nações Unidas;

UNODOC - United Nations Office on Drugs and Crime/ Escritório Das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes;

PESTRAF- Pesquisa Sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes Para Fins de Exploração Sexual Comercial;

PNETP- Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;

SMM- Serviço de Prevenção ao Tráfico de Mulheres e Meninas;

SNJ-Secretaria Nacional de Justiça;

SPM- Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres;

STJ- Supremo Tribunal de Justiça.